

afirmativa 3

Nº 03 | Novembro de 2018 | www.revistaafirmativa.com.br



ENTREVISTA

A cantora Luedji Luna fala sobre arte e questões políticas. (Pag. 8)

TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS:

O Luto e a Luta das Mães que Sobrevivem ao Genocídio

POLÍTICA DE DROGAS E RACISMO

Entenda o histórico e os impactos da proibição. (Pág. 16)

MOVIMENTOS DE JUVENTUDE NEGRA

Cotidianamente reascendendo nossas esperanças. (Pág. 30)

OS DESAFIOS POLÍTICOS DA POPULAÇÃO NEGRA

Da escravidão ao fascismo no Brasil (Pág. 26)

Mulheres negras brasileiras rumo ao Encontro Nacional de Mulheres Negras + 30 anos: Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver



DE 6 A 9 DE DEZEMBRO, EM GOIÂNIA



Rede de
**Mulheres Negras
do Nordeste**



06

COLUNA LUIZA BAIROS

Movimentos Negros: Pactos, acordos e alianças para o Brasil que desejamos

08

ARTE EM POLÍTICA E EMOÇÃO:

Luedji Luna fala de sua música e da vida

10

TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS:

O luto e a luta das mães que sobrevivem ao genocídio



16

POLÍTICA DE DROGAS E RACISMO:

Legislação brasileira contribui para o genocídio e encarceramento da população negra

22

MULHERES E JOVENS NEGRAS NO ALVO DO GENOCÍDIO

26

OS DESAFIOS POLÍTICOS DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

30

JUVENTUDES QUE TÊM COR-AGEM

Expressões do Movimento de Juventude Negra em Salvador

34

MÍDIA NEGRA

Experiências de enfrentamento à liberdade condicional

36

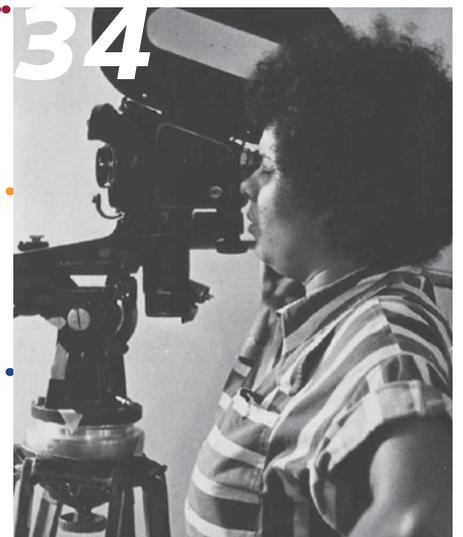
A PELE QUE HABITO

Impactos do racismo na saúde mental da população negra

38

NASCEDOURO

Conto escrito por Cristiane Sobral



Foram tantos os caminhos até aqui.

Não é exagero. As reportagens e artigos que vocês vão ler na 3ª edição da Afirmativa são continuidade de uma história que começou em 1798, com os pasquins manuscritos colados nas ruas da Salvador Colonial, anunciando a Revolta dos Búzios e o sonho negro organizado pelo fim da escravidão e independência de Portugal. De lá pra cá, a população negra sempre usou da imprensa às novas mídias para fortalecer a luta contra o racismo e suas intersecções. Confira um pouco dessa história na linha do tempo escrita por Pedro Caribé.

São tempos difíceis, mas sem engodo. Para nós nunca foi fácil, e mais: estamos vivendo a conjuntura política mais favorável para mudanças estruturais na sociedade brasileira. Esta profunda reflexão faz parte do artigo da feminista negra, crush nacional que acumula 40 aninhos bem vividos de militância no movimento negro, Valdecir Nascimento, na Coluna Luíza Bairros - Presente! Obrigada Val, a toda equipe Odara, e a Odara, por todo apoio e ensinamentos dos passos percorridos desde muito longe, por encruzilhadas Tempo e mundo a fora. E como a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver apontou: Seguimos em marcha!

Jonas Pinheiro e Naiara Leite trazem

Alane Reis
Editora Afirmativa

na reportagem "Os desafios políticos da população negra" o resgate de como o movimento negro incidiu politicamente no Brasil, e quais são hoje nossas principais ameaças.

Esta edição, dedicada especialmente a juventude negra, traz as várias caras da renovação do movimento, das perifas às universidades, da cidade e do campo, pelo direito a vida e a subjetividade. É o que vocês verão na reportagem que soa como poesia de esperança, escrita por Mariana Gomes.

Tem dedo na ferida aqui pra falar de drogas sem conservadorismo, sem papo haribô, sem tabus. Pela perspectiva negra, das mulheres, das comunidades mais afetadas pelas políticas de proibição da venda e do uso. Quem traz esse texto sou eu *mexma*, Alane Reis, dialogando com Bruna Rocha, que assina nossa reportagem de capa, e traz o luto e a luta das mães de meninos e jovens assassinados pelo Estado, na chamada Guerra às Drogas - uma das facetas mais letais do genocídio da população negra. O texto de Bruna foi premiado como melhor reportagem do 1º Prêmio de Jornalismo Afirmativa, que contou com 67 inscrições, obrigada a confiança e participação de todxs. Nossos agradecimentos especiais a Ceres Santos, Djamilia Ribeiro e Rosane Borges, curadoras do Prêmio, que nos ajudou

na curadoria de textos aqui presentes e em nosso portal online.

Há formas do racismo e do sexismo que atingem as meninas e jovens negras como a mais ninguém, e para tratar deste tema me juntei com Danielle Souza e Naiara Leite.

É tanto impacto do racismo nas nossas vidas que às vezes o juízo pesa mais do que aguentamos. Cuidados com a saúde mental importam e não são mimimi. Quem escreve é Marina Morgana Damásio.

Fazemos política de tantas formas, inclusive através da arte, é o que faz Luedji Luna, que canta a vida na diáspora africana, e você confere numa entrevista gostosa feita por mim e Patrícia Rosa. Tem também o conto Nascedouro, da escritora Cristiane Sobral, que vem nos dizer que das piores dores é possível renascermos mais fortes.

Por fim, um agradecimento especial ao Coletivo de Cinema Negro Tela Preta, ao Estúdio Eban, e a Tássio Santos, maquiador finíssimo da Herdeira da Beleza. Obrigada a cada pessoa que ajudou a fazer este projeto existir, que emanou energias, que nos incentivou. As palavras são caras para nós que fomos forçadas para aceitar os silêncios. E como diz a cantora Ellen Oléria, nossas palavras são afiadas e contaminam. Ubuntu!

QUEM FAZ A REVISTA



afirmativa

Coordenação de produção/executiva
Alane Reis
alane.t.reis@gmail.com

Diagramação
Polianna Silva
poliannasilvas@gmail.com

Repórteres

Alane Reis Jonas Pinheiro Naiara Leite
Bruna Rocha Mariana Gomes Patrícia Rosa
Danielle Souza Marina Morgana Damásio

Redação: Alane Reis, Morgana Damásio, Naiara Leite e Jonas Pinheiro

Editores de produção: Alane Reis, Jonas Pinheiro e Naiara Leite

Editores de texto: Alane Reis e Jonas Pinheiro



* A arte desta página, bem como da capa, foi feita a pedido da Revista Afirmativa, pela artista Annie Ganzala e reflete visualmente esta edição.



Coluna
LUIZA BAIROS



Valdecir Nascimento

Historiadora, mestre em educação e coordenadora executiva do Odara Instituto da Mulher Negra. Compõe a coordenação executiva da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e do Fórum de Promoção de Igualdade Racial (FOPIR).

Este artigo pretende colaborar com as reflexões de companheiras e companheiros sobre o cenário político nacional. As reflexões são fruto do olhar de uma mulher negra ativista que há quase quarenta anos mergulha no trabalho de construção de uma sociedade plurirracial e democrática, como anuncia Abdias Nascimento, no livro *O genocídio do negro brasileiro* (1978): “Ou ela é democrática para todas as raças e lhe confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial e democrática”. A reflexão de Abdias, publicada há 40 anos, aponta a manutenção dos privilégios da branquitude como o principal

Movimentos Negros: Pactos, acordos e alianças para o Brasil que desejamos

▣ Valdecir Nascimento

entreve para a democracia brasileira.

Vivemos um momento estratégico para refletir a situação da população negra no Brasil e a construção de uma sociedade brasileira realmente democrática para todos os seguimentos étnicos e raciais que a compõe. Recentemente, setores da esquerda têm enfatizado que as dificuldades enfrentadas pela população negra se estabeleceram a partir do golpe contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, isso não é verdadeiro.

Ao longo da história desse país, intelectuais e ativistas negras/os foram silenciados por grupos de poder entre conservadores e progressistas. Experimentamos no Brasil um modelo de direita onde se elege o filho, o neto, a mulher, o irmão e os amigos do que já estão em espaços de representação institucional e política. Esta direita é latifundiária, herdeira de escravizadores nos engenhos coloniais, eles detêm o monopólio das comunicações, são bélicos e promovem o discurso de segurança atrelado às armas, se atualizam com o fundamentalismo cristão, e são nossos inimigos históricos. Por outro lado, a esquerda não forjou um processo democrático na construção das lideranças. É uma esquerda forjada na concepção de sindicalismo em uma nação que 54% da população

nunca teve escola de qualidade e nem trabalho formal. Esta esquerda sempre terá problemas para pensar a transformação eficaz da realidade do país.

A feminista negra, doutora em filosofia, Sueli Carneiro, trouxe há alguns anos uma reflexão bastante aplicável aos nossos dias, sobre a nossa participação nas fileiras dos partidos. Ela afirma em alto e bom tom que “entre direita e esquerda, nós somos negros”, expondo o trato dispensado a nós pelos partidos políticos no Brasil, inclusive de esquerda, que muitas vezes reforçam as lógicas de subalternidade negra. Nesta mesma direção, a também feminista negra Lélia Gonzalez reforça a crítica no artigo *Racismo Por Omissão*, publicado na Folha de São Paulo, em 1983, ao tornar pública a importante crítica ao programa eleitoral do Partido dos Trabalhadores: “O PT na TV tratou dos mais graves problemas do país, exceto um, que foi ‘esquecido’, ‘tirado da cena’, ‘invisibilizado’, ‘recalcado’. É a isto, justamente, que se chama de ‘racismo por omissão’... não só fazendo ‘a cabeça’ das elites ditas pensantes quanto das lideranças políticas que se querem populares, ‘revolucionárias’”. (GONZALEZ, 2014, p. 85)¹.

Na história do Brasil esta não é uma perspectiva nova. Em todos os momentos de disputa política que

nos tire do lugar de subalternidade encontramos entraves de brancos de todos os lados. Em todos os momentos que pensamos em avanços nos projetos que pode criar rupturas no *status quo*, a sociedade brasileira se levanta em posição contrária a possibilidade de alcançarmos lugares de equidade. Nós negros, até hoje não conseguimos construir alianças e pactos na sociedade que dessem conta de fortalecer nosso protagonismo, e sempre estivemos atentos e participativos a todos os processos políticos nacionais – nos partidos e movimentos sociais de todas as frentes.

A crise que vivenciamos é também resultado da atitude racista e excludente dos setores em geral da esquerda branca em silenciar o que o movimento negro brasileiro afirma há pelo menos 40 anos: não existirá democracia de fato sem a efetiva participação política negra. Lélia Gonzalez escreveu em 1985 que “enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial, vai ser muito difícil o Brasil chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia” (GONZALEZ, 1985, p. 01). Como costume expor nas minhas apresentações, a esquerda brasileira sempre manifestou a má vontade, a cegueira e a surdez intencional sobre as questões levantadas pelo movimento e intelectuais negros.

Os mais de 12 anos de governo petista na presidência foram fundamentais para a promoção de direitos sociais que beneficiou diretamente a população negra, mas nunca se matou tantos jovens negros em

nossas comunidades, o assassinato de mulheres negras também aumentou, o genocídio contra a população negra que denunciemos há décadas se intensificou no governo que nós ajudamos a eleger. Hoje, qualquer aliança entre as esquerdas só será possível depois de respondermos a pergunta: como chegamos a esta proporção de banalização das vidas e mortes negras? Foco minha crítica à esquerda partidária, pois como apontei no início do texto, a direita é nossa inimiga histórica. Mas o povo negro sempre construiu a esquerda brasileira.

Podemos identificar com tranquilidade e felicidade a força e diversidade do movimento negro brasileiro. Somos o povo de santo, que tem de forma emblemática reagido contra o racismo religioso; são os quilombolas, com a coragem vital da coletividade na luta pelo direito à terra; é a juventude negra, que mesmo sendo dizimada ressurgiu cotidianamente nos saraus e slams de poesia, batalhas de rap, no grafite, no hip hop, no empoderamento crespo, comunicadoras (es), jornalistas, cineastas, nos movimentos de liberdade sexual, nos grupos de secundaristas ou estudantes universitários e nas articulações de negras jovens feministas – ou seja, a juventude vem insistentemente forjando formas de vida, negando a morte e a marginalização engendrada pelo racismo.

O movimento negro nunca foi e jamais será único, mas sempre foi e sempre será essencialmente insurgente e revolucionário. É necessário evidenciar que os chamados setores progressistas se apropriam do nosso discurso, fantasiam e esvaziam de sentido as nossas lutas. Traduzem as lutas em frases de efeitos para utilizar em suas faixas e bandeiras, mas não

aprofundam com seriedade para transformar a sociedade brasileira.

Grupos negros que agem a partir da subalternidade branca, e trata a população negra como “base” não são movimentos libertários. Os partidos não serão libertários para o povo negro enquanto não entender o combate ao racismo como estruturante para mudar o país.

Acreditamos que outro mundo é possível. Queremos dialogar com as diferentes perspectivas, mas é preciso que o modelo e o formato de construção de alianças sejam modificados. É preciso constituir outras formas de organização porque os partidos políticos e a chamada democracia representativa tem prazo de validade.

Pensar alianças para enfrentar o racismo e construir um novo modelo civilizatório tem sido um dos grandes desafios da luta negra. Esta conjuntura é favorável para que possamos fazer uma reflexão mais profunda da sociedade e das relações constituídas a partir dela. É preciso ter respeito pela construção que foi feita pelo movimento negro. Precisamos reagir não apenas a apropriação cultural, de território, mas também é necessário reagir a apropriação da nossa humanidade. Não nos salvaremos se não tivermos a capacidade de fazer uma reflexão profunda.

Por isso que nós, negras e negros, precisamos nos juntar em alianças que verdadeiramente enfrentem o racismo e o sexismo, sem concessões, nem entre nós... Como bem disse Steve Biko, hoje e sempre: “Estamos por nossa própria conta”. Que as reflexões nos ajude a ler o contexto e apontar caminhos na atual conjuntura política.

[1] Citação retirada do texto “O Sonho não Acabou – Para Sempre Lélia Gonzalez” de Rosália Oliveira Lemos.

ARTE EM POLÍTICA E EMOÇÃO: LUEDJI LUNA FALA DE SUA MÚSICA E DA VIDA

Alane Reis e Patrícia Rosa, com colaboração de Ana Paula Rosário

A cantora Luedji Luna é uma soteropolitana que leva a Bahia em si e na sua arte por onde passa. A geminiana diz que sua música é profissão, terapia e prazer. A partir de suas canções, o público tem acesso a sua história, afetos, o amor pela terra natal, angústias políticas, além das africanidades que carrega em si - constituída na cidade mãe, e as que encontra por aí.

O primeiro disco da cantora, *Um corpo no mundo*, lançado em 2017, foi contemplado com o primeiro lugar da quarta edição do Prêmio Afro, produzido pelo CADON - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Osvaldo dos Santos Neves, além de ser indicado para três categorias da segunda edição do prêmio Caymmi de Música. O clipe homônimo ao disco foi todo produzido por mulheres negras, "isso é muito simbólico, eu e tantas outras preservamos no trabalho o movimento de irmandade e de conquistas coletivas".

Confira a entrevista que tratou sobre arte, questões da vida, afetividade, sexualidade e outras fofuras e questões políticas.

Vamos começar pelo disco *Um corpo no mundo*. Sabemos que ele é um fruto da sua presença em São Paulo no encontro com os imigrantes africanos. Como é ser uma artista negra, mulher, baiana, na maior metrópole da América Latina?

Eu fui para São Paulo na expectativa de viver de música, de disputar esse espaço e me deparei com a solidão, que tomou uma dimensão bem maior do que a solidão de estar só numa cidade e não conhecer ninguém, era a solidão de não me ver nesse espaço. Eu sou de Salvador, uma cidade que apesar das contradições do racismo, tem preto pra caramba, a gente se irmana, nos vemos em todos os lugares, a cultura negra é parte do todo, tudo nosso é África. Eu morei em vários lugares, e minha identidade baiana é muito mais latente do que minha identidade brasileira, por exemplo. Quando eu fui para São Paulo, eu não via muitas pessoas negras. Lá os pretos estão nas periferias, que são longe mesmo dos grandes centros, e eu comecei a observar que a maioria dos pretos que eu via no Centro eram imigrantes, de várias Áfricas, e eu me identificava muito com eles por não serem de lá e estarem buscando uma nova forma de ganhar a vida, como eu. Isso me estimulou a

querer falar na música sobre essas negritudes diaspóricas, a minha e a deles. Na preparação para um show, pensei em ter um violonista africano e saí perguntando pelos camelôs na tentativa de uma aproximação com essas figuras que eu me identificava, e me esbarrei com a primeira barreira: a língua. Não rolou o músico africano, fui pensando: a África é multiétnica, multicultural, e além da experiência do racismo, eu não sei mais o que temos em comum, nem sei de onde vem meus antepassados. Disso que chamei de 'saudades ancestral' nasceu o projeto.

E como foi crescer em Salvador? Como foi sua infância?

Sempre fui uma menina negra no contexto de colégio particular, de maioria de brancos. Tive amigos negros no colégio, mas com exceção de mim, a

maioria das meninas negras eram filhas de funcionários ou eram bolsistas por outro motivo... eu não. Eu era filha de dois funcionários públicos que deram duro, me deram tudo e me colocaram lá. Aí tinham as meninas brancas que era minhas amigas, mas eu não gozava dos privilégios delas. Então, eu não conseguia dialogar muito com nenhum dos



FOTO: DANILO SORRINO

dois grupos e era uma vida muito solitária, mas era muito produtiva mentalmente. Até chegar na adolescência e perceber que eu não era objeto de desejo dos meninos da minha escola. E eu sou de uma geração que não se falava em lesbianidade, não existia gay e lésbica na minha sala ou na escola, não se falava sobre isso.

Nem o debate?

Não tinha debate em lugar nenhum. Eu observava essa minha inclinação, um sentimento talvez um pouco mais forte por uma amiga, mas eu achava que era amizade ou me sentia afetada por um corpo feminino no filme, ou em uma revista, sei lá. Por exemplo, antigamente Salvador tinham mais ambientes LGBT. Hoje em dia tá tudo mais tolerante, a galera que se pega na rua, nos bares, e tá lindo e é massa. Nossa, eu fiquei passada! Não tinha observado esse movimento, mas no dia do Slam (das Minas, no bairro do

Cabula, onde a cantora fez um pocket show) eu falei: Gente, essas meninas de 15 anos tudo assim ô.. de parabéns!

(risos)

Quando você entendeu a sua afetividade? Ou pensou: eu acho que eu tenho atração por uma mulher..

Isso vem da infância, meu primeiro selinho foi com uma menina, estávamos brincando de patricinhas de Beverly Hills, a gente se beijou e eu senti algo. Mas pra mim isso não tinha um nome, eu não pensava sobre isso. Até que com 17 anos teve uma novela que tinha um casal de lésbicas, não teve beijo nem nada, mas tinha essa conotação assim de duas meninas. A MTV também tinha vários programas direcionados para sexualidade, além de uma banda chamada T.A.T.U., de duas russas que no final se beijavam e também nessas revistas de adolescentes. Logo eu comecei a refletir sobre isso: quando eu vejo uma mulher nua eu me masturbo, nestes momentos meus pensamentos são direcionados para o corpo feminino.

Então, eu comecei a me dar conta que o que sentia tinha nome... mas eu também tinha atrações por homens, eu me apaixonava por meninos na escola, mas era uma relação muito de conflito sempre porque eu sofria bullying, que na verdade era racismo. Eu achava que para ser validada eu precisava desse amor masculino porque a gente é conduzida à heteronormatividade.

E como você define sua sexualidade?

Eu sou bissexual, mas tem cinco anos que eu só me relaciono com mulheres e eu não sei como

será no futuro, tenho receio de dizer que sou lésbica e no futuro me contradizer.. Inclusive, estou amando uma mulher, negra, maravilhosa meu deus (gritos e risadas). Estou morrendo de amor, não estou conseguindo viver, não tô conseguindo respirar.. Apaixonadíssima! Fui tomada de assalto (gargalhadas).

(Risos) Fale um pouco dessa transição da Luedji adolescente negra de auto estima fragilizada pelo racismo na escola, para a mulher de hoje, esta artista fantástica, consciente de si, crush nacional? Risos

(Risos) Foi tudo aos 17.. Eu estava no terceiro ano e com muito interesse de participar das discussões de políticas afirmativas na UFBA. Comecei a ir pras atividades do movimento, pras passeatas e lá tinham várias carinhas pretas, eu comecei a ver mais gente preta empoderada. Nesse período eu conheci uma menina, a gente se apaixonou de cara, ela se tornou minha primeira namorada e minha primeira relação sexual.

E quando foi que você entendeu que a música era seu caminho?

Foi também aos 17 anos, quando eu fiz a minha primeira composição, comecei a circular no meio universitário, com pessoas muito criativas, que faziam arte e aí eu comecei a produzir também. Compus várias músicas e a gente cantava muito, cheguei até a ter um grupo. Foi um momento que eu entendi que isso me fazia muito feliz, mas eu estava no início do curso de Direito, e fui percebendo que fazer música era bom, e que tinha efeito nas pessoas. Depois veio a crise com o curso mesmo, achei muito enfadonho, não contemplava minha inteligência criativa, logo a música foi o alento, então com o dinheiro do estágio no Tribunal de Justiça fui fazer aula de canto e a ter as primeiras experiências de palco. Enquanto isso meus pais estavam na expectativa da OAB, dos concursos públicos, enquanto eu ia percebendo que Direito não tinha nada a ver comigo. Até que um dia eu disse: a verdade é a seguinte eu vou fazer é música, eu vou cantar pronto e acabou. A minha viagem é essa.

Qual seu sonho? Ou um projeto para o futuro

O disco foi um sonho realizado, que nem sei o que falar. Meu projeto de vida é viver em paz, amar e ser amada, construir uma família, me vejo sendo mãe, mas não é algo que é o meu maior desejo na vida, posso não ser também, mas eu quero ter uma relação estável. Eu quero poder tocar mais e mais pessoas com minha música, eu faço música nesta perspectiva da cura, porque foi isso que a música fez comigo e eu percebo que é esse efeito que gera nas pessoas, cumprir com isso até quando faça sentido para mim e para o outro, não quero ficar escrava também desse projeto, um dia posso não querer mais ser cantora também. 🙌



TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS:

O luto e a luta das mães que sobrevivem ao genocídio

Bruna Rocha

Brasil não superou as marcas da ditadura militar e da escravidão. De um lado: um modelo de segurança pública militarizado, uma polícia treinada para encarar pretos e pobres como inimigos, territórios devastados pelo crime organizado e pela ausência de políticas públicas, o encarceramento como um negócio, e uma política de drogas fracassada. Do outro: mães de família, mulheres negras, tendo que dar conta da dor de perder seus filhos, lidar com as violências doméstica e institucional, muitas vezes solitárias em sua caminhada por justiça. O racismo é uma cultura materializada no genocídio: uma média de 23.100 jovens negros morrem no Brasil todos os anos, um número muito superior a países em situação de guerra civil (dados do Mapa da Violência 2015 - Júlio Jacobo Waiselfisz). De acordo com o Atlas da violência de



GRÁFICO: ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018

2018 (Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública) em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%, enquanto que no mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%.

As vítimas do genocídio têm sua condição de humanidade e cidadania expropriada pelo Estado, que naturaliza a morte destes jovens de acordo com sua condição socioeconômica, território, cor, sexualidade ou envolvimento com atividades em conflito com a Lei; suas famílias e ciclos sociais são igualmente marginalizados e o acesso à Justiça, praticamente inviabilizado. As Mães, com pouco ou nenhum acesso a políticas públicas, precisam superar o luto, além de lidar com a criminalização e o descaso.

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado sobre o Assassinato de Jovens, publicado em 2016, revelou que, entre 2002 e 2012, a taxa de homicídio entre jovens negros foi 72% maior do que a taxa de jovens brancos. A maioria dos casos são qualificados como autos de resistência, expressão jurídica recentemente substituída por “resistência seguida de morte” - é uma tipificação de um homicídio cometido por um agente do estado, no caso, policiais militares, alegando legítima defesa. Na prática, significa o arquivamento sem investigação de crimes contra a vida de pretos e pobres.

HISTÓRIAS SEM FINAL FELIZ

São Déboras, Mônicas, Anas e Rutes os muitos nomes de uma mesma solidão: nunca mais poder abraçar o filho assassinado. Mas a dor também é um elemento mobilizador e muitas mães transformaram o luto em luta, construindo um impressionante enfrentamento ao genocídio e à

criminalização de jovens negros e pobres no Brasil. As Mães de Maio são a maior referência e se constituíram a partir da chacina que, em 2006, matou mais de 500 pessoas no município de Santos, em São Paulo. O episódio ficou conhecido como os “Crimes de Maio”, e na Baixada Santista, naquele ano, foi impossível comemorar o Dia das Mães.

Entre as vítimas, estava o gari Édson Rogério Silva dos Santos, filho de Débora Maria da Silva, fundadora do

a Lei, internados nas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (CASEs), no Rio de Janeiro.

DÉBORA E EDSON ROGÉRIO

Débora da Silva Maria sempre acompanhava os conflitos que havia na cidade enquanto ouvinte de um programa de rádio policial de Santos. No dia 15 de maio de 2006, ela ouviu nesse programa que havia ocorrido várias mortes na Baixada Santista, dentre elas, a de seu filho, Edson Rogério. Três dias antes, Rogério



“Ele deixou uma missão que faz eu sobreviver. Essa missão me alimenta, faz eu não ter cansaço”, Débora Silva Maria, à frente. Ao fundo, Nadjane Macedo, de Salvador, há 10 anos luta por justiça pelo assassinato do seu filho.

movimento Mães de Maio e referência mundial na luta pelos Direitos Humanos. As Mães de Maio articulam uma rede de movimentos locais, como as Mães Mogianas, criado a partir de 26 assassinatos no município de Mogi das Cruzes (SP), entre 2013 e 2015, as Mães de Manguinhos, uma articulação de mulheres que perderam seus filhos com a chegada da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro. Também dialogam com outras iniciativas, como o movimento Moleque, cujo foco é a ressocialização de jovens em situação de conflito com

leveu o filho para ficar com a avó que estaria comemorando o aniversário atrasado e, ao chegar em casa, logo indagou sobre onde estaria o padrasto (companheiro de Débora), pois estava havendo uma matança na região e alertou para a mãe avisá-lo para ter cuidado. Débora respondeu: “pode deixar que do Zé cuida eu. Quero que você cuide da sua vida”.

Depois da notícia, Débora ficou sete dias internada no hospital e no quinto dia hospitalizada, ela teve uma visão com Rogério dizendo que ela

precisava lutar pelos vivos. Débora procurou outras três mães (Ednalva, Vera Freitas e Vera Gonzaga), cujos filhos também tinham sido vítimas dos Crimes de Maio, e foram para São Paulo em busca de justiça. Assim nasceu o movimento Mães de Maio.

Em atividade em Salvador, no bairro do Cabula, em maio de 2017, a convite do Projeto Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar, Débora conversou com mães que também perderam seus filhos para a violência policial. “O golpe que está acontecendo no Brasil, a gente já tava dizendo lá atrás, mostrando que a ditadura militar não acabou, e ela só vai acabar com a ajuda das mães”. Débora contou que está em contato com as mães das vítimas da ditadura militar e fez uma reflexão sobre o quanto os crimes contra os negros no Brasil também são crimes políticos, que mostram que a história do passado está presente no dia a dia do país. “O respeito que a gente tem é porque a gente bate de frente com o sistema. Mães, não desistam dos seus filhos nunca! Nós demos à luz, nós demos a vida. As Mães de Maio têm a convicção que só a unidade entre todas essas mães vai fazer essa realidade mudar”. Débora ficou entusiasmada com a reunião das mães soteropolitanas e afirmou o quanto importante é que o movimento de mães contra o genocídio seja articulado nos estados do Nordeste e que essas mães se empoderem para fazer luta por Justiça.

MÔNICA E RAFAEL

O dia 5 de dezembro de 2006 tinha tudo para ser o melhor dia da vida de Mônica Cunha; mas foi o pior. Ela estava se preparando para a formatura como educadora social quando soube que seu filho tinha sido alvejado por policiais militares. “Os meninos falaram que ele estava de joelho pedindo pra ser preso, quando o policial deu um tiro de fuzil na barriga

dele. E os meninos disseram que ele falou, chame minha mãe, chame minha mãe, mas não deu tempo né?”, lamentou. Quando Mônica chegou ao necrotério, encontrou seu filho em um saco cinza, de olhos abertos: “ele estava me esperando para fechar os olhos dele”.

O ativismo de Mônica começou anos antes, quando aos 15 anos, Rafael foi internado pela primeira vez no Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase. Desde então, através do Movimento Moleque e da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, vinha lutando pela humanização do sistema de atendimento socioeducativo e por outro modelo de segurança pública, pois já convivia com a morte de jovens a partir da intervenção policial e do crime organizado na periferia da Zona Norte do Rio de Janeiro. Rafael morreu de joelhos, com as mãos para cima, mas seu homicídio foi classificado como auto de resistência e arquivado pela polícia.

Segundo a Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Vilma Reis, “a sociedade se organiza através de instituições feitas para desacreditar as vozes das mulheres, no entanto, as mulheres são a linha de frente do combate à violência policial, elas é que vão para as portas das delegacias ou dos necrotérios exigir o direito de ver seus filhos”. Na época da execução de Rafael, Mônica não insistiu na investigação por medo de retaliação a seu filho mais velho ou a sua neta, mas persistiu na luta pelos Direitos Humanos e hoje é uma importante liderança contra a violência e o encarceramento no estado do Rio de Janeiro.

Quem vê sua aparência forte e



FOTO: ANISTIA INTERNACIONAL

“A mãe que perde um filho, ela não vive, ela sobrevive. Todo dia é mais um dia”, Mônica Cunha, do Rio de Janeiro.

determinada, não imagina a dor que carrega consigo por onde quer que vá: “A mãe que perde um filho, ela não vive, ela sobrevive. Todo dia é mais um dia”, desabafou, contando como o ativismo foi essencial para a reconstrução de seus laços sociais, afetivos, e de sua vontade de viver. “Você acaba constituindo uma família unida pela dor, que às vezes acaba sendo mais forte do que sua família consanguínea”.

ANA PAULA E JOHNATHAN

No dia 14 de maio de 2014, Ana Paula de Oliveira preparava um doce para a mãe, quando Johnatha Oliveira, seu filho de 19 anos, saiu para levar a namorada em casa, ela o pediu que entregasse o doce à avó. Pouco tempo depois, a ligação de sua irmã amargaria definitivamente a vida desta mulher. Johnatha levou um tiro nas costas durante uma confusão entre policiais e moradores. Há quem chame de bala perdida, mas para Ana Paula, a bala que matou seu filho tinha endereço certo: transeuntes de uma rua pobre na favela de Manguinhos.

“Os policiais não prestaram socorro, Johnatha foi socorrido pelos moradores, mas infelizmente já chegou sem vida na UPA e pra mim até hoje é muito difícil. Muito difícil. Sabe, a dor, a saudade, ver um filho ser morto, e ter que lutar pra provar quem ele era. A dor de ver tanta impunidade e injustiça, porque pra eles não basta só matar, tem que criminalizar, tem que



FOTO: AGÊNCIA BRASIL

“Pra eles não basta matar. Tem que criminalizar e legitimar a ação através de mentiras”, Ana Paula, Mãe de Maguinhos, Rio de Janeiro.

legitimar a ação através de mentiras”, relata Ana Paula, que ao se preparar para o enterro do filho viu na televisão uma notícia insinuando que Johnatha tinha envolvimento com o tráfico de drogas, como se isso pudesse justificar a morte do jovem.

Ana Paula decidiu que seria a voz de seu filho morto e foi à luta. A partir de uma relação com o Fórum Social de Manguinhos, passou a frequentar os atos de rua e começou a trocar contatos com outros familiares que perderam seus filhos para a violência policial. Esteve em diversos eventos no Brasil e fora do país. Em outubro de 2016, durante um seminário sobre megaeventos e violação de direitos humanos, em Washington, participou do ato contra o assassinato de um jovem pela polícia norte-americana e até hoje tem contato com a mãe, que luta ativamente pela causa nos Estados Unidos: “essa é uma luta

global, o que acontece aqui, acontece lá e precisamos nos unir em uma só voz, um só grito”.

RUTE E DAVI

Davi Fiuza era um menino amoroso e fazia sucesso com as garotas, segundo sua mãe, Rute Fiuza. Ele tinha 16 anos quando desapareceu na manhã do dia 24 de outubro de 2014, enquanto conversava com a vizinha na rua de casa, no bairro de São Cristóvão, em Salvador. Quando soube que o filho tinha sido abordado e levado por policiais, Rute imediatamente se dirigiu à Delegacia da Criança e do Adolescente, em seguida, Delegacia de Homicídios, todos os hospitais da cidade e deu plantão no Instituto Médico

Legal, sem respostas.

Rute saiu do emprego, sua vida parecia acabar a cada dia que as notícias de Davi não chegavam. “Eu tinha mania de perseguição, tive síndrome do pânico, ficava dias sem comer, praticamente não conseguia falar, até que comecei a tomar medicamento e um dia eu disse chega: eu vou ter que me levantar”. No mesmo ano, através da Justiça Global e da Anistia Internacional, participou de um evento no Rio de Janeiro, onde começou sua relação com as Mães de Maio. “Quando Débora me viu, ela chorou. Eu nunca vou me esquecer. Ela disse: seu caso mexe muito comigo, porque eu tenho um irmão desaparecido há mais de trinta anos e a minha mãe, de 86 anos, até hoje espera ele voltar”. Enquanto outras mães padecem da dor de enterrar seus filhos, a dor maior de Rute é nunca ter encontrado o

corpo de Davi.

O caso de Davi é um “desaparecimento forçado”, expressão designada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), para tipificar um crime de sequestro de pessoas por parte de organizações políticas com consentimento do Estado. Trata-se de uma prática consolidada e difundida durante os governos ditatoriais na América Latina, mas pode ser associado também aos crimes no período escravocrata e às políticas de genocídio atemporais. Existe no Brasil um Projeto de Lei (PL 6240/2013) para tipificar o desaparecimento forçado como crime hediondo.

Em abril de 2016, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa concluiu o inquérito que apontou o envolvimento de 23 policiais militares, dos quais 19 estavam na fase de conclusão de curso para soldado, durante uma operação de “treinamento” no bairro. A única testemunha do desaparecimento de Davi teve sua casa invadida

“Um dia vou abrir o inquérito do meu filho e analisar as provas que incriminam os assassinos. Vou entender nossa legislação, pois quero saber em que artigo essa Justiça se depara para não haver Justiça.”

— Rute Fiuza, mãe de Davi Fiuza



Djamila Ribeiro



Rosane Borges



Ceres Santos



Monique Évelle



Naiara Oliveira



Rita Batista



Valéria Lima



Vania Dias



Yuri Silva

SOMOS O COMPROMISSO PELOS ECOS POLIFÔNICOS DA SOCIEDADE.
O JORNALISMO REPRESENTATIVO DA BAHIA. AS VOZES NEGRAS DA
COMUNICAÇÃO.

UBUNTU
SOMOS NÓS, FALANDO DE NÓS, PARA TODO O MUNDO

O TRÁFICO QUE
A TV MOSTRA.



O TRÁFICO QUE
A TV NÃO
MOSTRA



POLÍTICA DE DROGAS E RACISMO:

Legislação brasileira contribui para o genocídio e encarceramento da população negra

Alane Reis

Era um fim de tarde de sábado do mês de setembro de 2014. Júnior* e um amigo, ambos negros de 16 e 19 anos, se divertiam como de costume em um bar do bairro São Cristóvão, periferia de Salvador. “Estávamos do lado de fora, o paredão rolando, foi passando devagar a viatura, a rua tava tão cheia que nem imaginei que iam mirar logo em mim”. A viatura da Polícia Militar (PM) avistou os jovens e parou para abordá-los. “Foi aí que eu percebi que era o mesmo policial que já tinha me baculejado duas vezes”. Júnior tinha no bolso aproximadamente 25g de maconha, seu colega possuía 5g de cocaína. Segundo o jovem, na época adolescente, as substâncias eram para uso pessoal dele e do amigo. Ambos foram levados para a 49ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), no mesmo bairro.

da gente com um pau, daqueles barrotes que seguram laje, e os outros policiais davam murro na barriga, costela, nas costas. Depois fizeram uma fila, mandaram a gente passar e todos iam batendo. O colega depois desceu pra 1ª (CIPM) e eu fui pra DAI (Delegacia para o Adolescente Infrator). Fiquei lá três dias só de cueca, morrendo de frio, sem lençol. No quarto dia fui pro CAM (Casa de Acolhimento ao Menor). Após três semanas de reclusão, Júnior foi chamado para uma audiência. Ele conta que a

promotora insistia reiteradamente que ele era traficante e deveria continuar preso. A defensoria pública não convidou testemunhas para deporem a seu favor. “Só foi minha mãe mesmo. Nem sabia que podia chamar mais gente”. Na ocasião, ele foi informado que teria outra audiência e, enquanto isso, aguardaria no CAM. A outra audiência nunca aconteceu e ele foi solto depois de dois meses. Seu amigo foi julgado e cumpre pena de cinco anos de prisão por tráfico de drogas.

BRASIL

- Presos por tráfico de maconha: 67,7% tinham menos de 100 gramas da droga; 14% deles tinham menos que 10g (cerca de cinco cigarros);
- Presos por tráfico de cocaína: 77,6% tinham menos de 100g;
- 62,17% das pessoas presas por tráfico exerciam atividade remunerada na ocasião do flagrante; 94,3% não pertenciam a organizações criminosas; 97% nem sequer portava algum tipo de arma;

Ou seja, eram usuários ou microtraficantes

DADOS: INSTITUTO SOU DA PAZ - 2014

“O tenente batia nas mãos (algemadas)

Assim como Júnior e o amigo, o bacharel em Gastronomia Maurício*, também é usuário de droga. Era sexta-feira, 21 de agosto de 2010, Maurício tinha 28 anos. “Fomos procurar um *brother* que tinha o canal de 1kg (de maconha). Essas histórias que a gente nunca sabe realmente quem é a pessoa que vai vender” - a identidade preservada e a venda em grandes quantidades em apartamentos de bairros considerados seguros, são características do tráfico e consumo de drogas entre jovens brancos da classe média. Maurício e o amigo pegaram a encomenda na Barra e retornaram em direção a Pituba, bairros ds classe média soteropolitana. No caminho, por volta das 20h, foram parados em uma blitz e presos em flagrante. Os dois ficaram 60 dias detidos na Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (DTE) de Salvador.

Maurício conta que passar o aniversário preso foi o maior trauma que a experiência na prisão lhe causou, e que durante todo período não sofreu nenhum tipo de agressão (física ou verbal). “Talvez porque eu pareça, sou tachado de *playboy*, classe média alta. Provavelmente foi por isso mesmo”. A juíza responsável pelo processo falou para os advogados dos jovens que eles ficariam dois meses presos “de castigo”. Após esse tempo o alvará de soltura foi concedido e eles responderam em liberdade. “Até o promotor (acusador) parecia estar do nosso lado: pela nossa personalidade, o jeito da gente falar, pelos familiares e amigos que foram testemunhar, ele entendeu que não éramos traficantes”. Ambos foram absolvidos da acusação de tráfico de drogas e hoje seguem a vida com a ficha criminal limpa.

O POLÊMICO ARTIGO 28 DA LEI DE DROGAS

Maurício, Junior e seus respectivos amigos foram julgados a partir da Lei de Drogas em vigor no Brasil

Você sabe quais são as drogas **mais consumidas** no Brasil?



GRÁFICO: CARTILHA MOVIMENTOS: DROGAS, JUVENTUDE, FAVELA 2017

desde 2006. Neste ano, a legislação foi reformulada e desde então, em tese, os usuários de drogas já não podem ser penalizados com prisão, e o uso de drogas deixa de ser crime para ser contravenção. Cabe assim ao usuário: penas de prestação de serviços à comunidade e participação em medidas educativas sobre os efeitos das drogas - foi o que aconteceu com Maurício e o amigo - ainda assim, na opinião de muitos juristas, é inconstitucional aplicar qualquer tipo de pena ao usuário de drogas.

De acordo com a advogada, mestre e Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo (USP), Allyne Andrade, “o porte de drogas para consumo pessoal em circunstâncias que não envolvam perigo concreto, direto e imediato para terceiros, não pode ser considerado

crime”. Ela defende que este é um dos motivos da inconstitucionalidade do artigo 28 da lei brasileira de drogas (11.343).

Um problema ainda maior e que expressa de maneira ainda mais dramática a seletividade sócio racial do sistema de justiça é a forma em que se determina quem é usuário e quem é traficante. O artigo diz o seguinte: “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”. O critério é subjetivo e faz com que o policial que executa a prisão, e posteriormente o juiz, selecione se a pessoa presa com droga é usuária ou traficante. “Quanto

mais branco for esse réu, mais próximo do que um juiz identifica no seu quadro comum de referências como cidadão de bem, jovem de boa família – ele será enquadrado como usuário. Quanto menos ele ou ela pareçam com essa imagem, mais chance terá de ser enquadrado como traficante”, assinala a advogada Allyne Andrade.

O juiz da Vara de Execução Penal de Manaus, Luís Carlos Valois, chama atenção que a política brasileira de drogas sempre foi uma forma de tornar o poder policial mais repressivo, amplo e abstrato, “permitindo que a polícia invada casas, reviste pessoas, pare carros, sem controle. O policial da esquina é o verdadeiro juiz, o que diz quem é usuário ou traficante, quem vai ou não ser preso”.

O juiz Valois, que também é Doutor em Criminologia e Direito Penal pela USP, afirma em sua tese que mais de 70% das prisões em flagrante por tráfico de drogas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília, têm como testemunha apenas os policiais que participaram da operação. 91% dos processos decorrentes dessas detenções terminam com condenação.

“Os dados mostram claramente que brancos em regiões mais nobres das cidades são considerados usuários, mesmo com quantidades maiores de droga do que negros, que tendem a ser considerados traficantes. O critério se estabeleceu na prática, e é simples: branco é usuário, negro é traficante”, é o que afirma o doutor em Ciências Políticas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Pedro Abramovay, no artigo “Branco é usuário, negro é traficante”.

Tramita no Supremo Tribunal Federal um processo de descriminalização integral do consumo e porte de drogas para fins pessoais. Os principais



argumentos do processo se aportam na não existência de crime no consumo próprio, e que a subjetividade do artigo fere o direito de igualdade entre as pessoas. O processo poderia significar um avanço histórico dos direitos humanos na Lei de Drogas, caso a conjuntura política não garantisse o engavetamento da proposta. Até o momento foram proferidos três votos no processo — suspenso por pedido de vista do ministro Teori Zavascki (morto em janeiro de 2017). Todos os votos foram pela inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas. Entre as questões julgadas está a determinação em lei da quantidade de drogas que diferencia uso de tráfico, para conter a seletividade sócio-racial nos processos.

A LEI DE DROGAS E O SISTEMA CARCERÁRIO

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo com mais de 726.712 mil presos distribuídos em 368.049 vagas. 89% desta população estão em unidades superlotadas, é o que afirma o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), publicado em dezembro de 2017. Outro estudo, o 27º relatório global da organização Human Rights Watch, também publicado no ano passado, afirma que a Lei de Drogas

de 2006 é “um fator chave para o drástico aumento da população carcerária no Brasil”.

Entre os presos, o crime de maior incidência é tráfico de drogas, correspondendo a 28% dos detentos. Em 2005, antes da reforma da lei de drogas, 9% dos presos no Brasil haviam sido detidos por crimes relacionados às drogas. E lamentavelmente sem surpresas, o racismo garante que a maioria dos presos brasileiros sejam jovens e negros: 55%

possuem entre 18 a 29 anos; e 64% são negros. Alguns estados alcançam quase 100% de população prisional negra, como o Acre (95%), Amapá (91%) e Bahia (89%).

“Os dados mostram claramente que brancos em regiões mais nobres das cidades são considerados usuários, mesmo com quantidades maiores de droga do que negros, que tendem a ser considerados traficantes.”

— Pedro Abramovay, UERJ

O crescimento da criminalização tem sido ainda maior entre as mulheres. A população de mulheres presas no Brasil cresceu 698%, entre 2011 e



FOTO: REPRODUÇÃO

2017. Entre elas, 68% estão presas pelo crime de tráfico de drogas. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) revelam também que 68% da população das penitenciárias femininas são negras. A mestre em História e militante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa), Anne Rodrigues, chama atenção para os impactos sociais do encarceramento em massa de mulheres negras. “Quando uma mulher negra sai de casa, aquele ambiente social se desestrutura por completo. Uma rede de pessoas fica desvalida de proteção e direção. Assim, a comutação de pena para as mulheres mães é urgente, porque os efeitos da sua retirada do convívio familiar é bem mais danoso às gerações futuras”.

Todas as pesquisas revelam que as cadeias brasileiras tem se tornado depósitos de pessoas negras e pobres, sujeitas a todo tipo de violação humana. Andrade não acredita na hipótese que há uma crise no sistema penitenciário brasileiro. “O que há são práticas contínuas, calculadas e deliberadas de violência, ação e omissão estatal. Não precisava ser nenhum especialista para olhar o crescimento do número de encarcerados, o absurdo número de presos provisórios (ainda

sem julgamento) e perceber as consequências óbvias. O Estado está dando o recado que para eles essas vidas não importam”.

HISTÓRICO DA CRIMINALIZAÇÃO: O TIO SAM NAS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE DROGAS

Salvo experiências isoladas, o uso de todas as drogas era legalizado em todo o mundo até o início do século XX. O panorama começou a mudar na virada dos anos 1800 para os 1900, impulsionado pelos EUA, que deu início a onda de proibição. As bases da vedação do uso jamais foram científicas ou médicas, mas sim sociais, econômicas, morais, religiosas, racistas e xenofóbicas.

O século XIX marca o início do controle de substâncias com vistas ao controle de populações e condutas. “A primeira experiência brasileira é registrada em 1830, no Rio de Janeiro – a proibição do pito do pango – o hábito de fumar maconha, diretamente relacionado com a criminalização da população negra, as vésperas do fim do tráfico de escravos”, afirma o historiador, e fundador da Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas (INNPD), Eduardo Ribeiro.

Ainda nas primeiras décadas do século XX a maconha era pouco controlada, e liberada na maioria dos países, embora muita gente a visse com maus olhos. Em todo Ocidente, fumar maconha era relegado a povos marginalizados e visto com antipatia pelas elites brancas. No Brasil era “coisa de negro”, e como explica Eduardo Ribeiro, “aqui, a proibição da maconha vem no bojo de outros instrumentos de coerção sócio racial, como a proibição da Capoeira, do culto às religiões de matriz africana e a perseguição ao crime de vadiagem”.

Eduardo Ribeiro chama atenção que o controle das indústrias farmacêuticas e médicas também influenciaram fortemente nas leis de proibição das drogas em todo mundo. “Estes setores reivindicavam o privilégio do acesso e controle das substâncias, o que interferiu diretamente na criminalização de saberes populares e culturas tradicionais. Então, a partir do final do século XIX, o Brasil passa a perseguir curandeiros, mães de santo e diversas outras experiências de cura, sobretudo as que estão relacionadas com as populações indígenas e negras”. O historiador destaca que a pressão cristã, principalmente protestante, também criminalizou o uso de drogas e todo prazer humano.

Em 1969 o republicano Richard Nixon assume a presidência dos EUA, declara e cria o termo “guerra às drogas”, que seria a suposta erradicação do uso e do tráfico por meio de prisões em massa. Para isso, ele criou a Drug Enforcement Administration (DEA), órgão do governo federal que passou a combater os entorpecentes dentro e fora do país.

Em 1988 a promulgação da constituição brasileira determinou que o tráfico de drogas é crime inafiançável e sem anistia. “Nesse contexto, o Brasil importa dos EUA a política de drogas

onde o foco na saúde é substituído pelo foco em Segurança Pública”, explica a militante da Renfa, Anne Rodrigues.

Rodrigues fala que o movimento negro por décadas esteve afastado da pauta antiproibicionista por dois motivos: as inúmeras prioridades da luta antirracista e, principalmente, pela abordagem inicial do movimento antiproibicionista, organizado majoritariamente por militantes brancos, classe média, que reivindicavam o direito a liberdade individual e não denunciavam os impactos sociais e racistas da política proibicionista.

Para a feminista negra, militante da Renfa, os anos 2000 foram fundamentais para política de drogas “porque é quando o debate *cria caldo* nos direitos humanos”. A partir de então já não é politicamente possível, e passa a ser cada vez mais reduzidas, narrativas de que a militância antiproibicionista não diz respeito à população negra.

Para Eduardo Ribeiro, o movimento

antiproibicionista mudou, mas ainda há um extremo controle de recurso e visibilidade por parte das organizações brancas. “Temos um movimento que está fortalecido do ponto de vista histórico, dos últimos 20 anos, inclusive, graças às organizações feministas e organizações negras, no entanto, ainda há uma hegemonia e um boicote da nossa participação por organizações brancas”.

USO E ABUSO DE DROGAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA

O médico e Doutor em Sociologia, Antonio Nery Filho, é hoje uma das principais referências brasileiras sobre os impactos do uso e abuso de drogas. Ele criou e dirige o Centro de Tratamento do Abuso de Drogas (CETAD), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O médico explica que de maneira geral há três tipos de usuários de droga: os “experimentadores”, que fazem usos esporádicos, pouco ou não programados, em decorrência de uma circunstância social. “Este uso também é chamado de recreativo”; os usuários eventuais são aqueles de consumo irregular, mas permanente, controlado,

podendo ou não acarretar prejuízos sociais, tais como acidente de veículos sob efeito de álcool, prejuízo escolar ou no trabalho. Doutor Nery afirma que a maioria das pessoas se enquadra nesta categoria de usuário de substâncias psicoativas (SPA).

E há os usuários dependentes: “minoría absoluta dentre os consumidores, representado por pessoas que fracassaram em suas trajetórias de vida e ‘encontraram’ nas substâncias psicoativas alguma alternativa, em geral para o sofrimento. As duas primeiras formas de uso apresentam baixo risco a saúde, levando em consideração os danos que todas as SPA fazem, em maior ou menor grau. Para estes, cabem respectivamente, informação e orientação, o uso faz parte da vida social, não se trata necessariamente de um estágio anterior a dependência. Para a terceira categoria cabem cuidados sociais e de saúde”.

O historiador e militante Eduardo Ribeiro afirma que “não há no Brasil estatísticas seguras que demonstrem uma prevalência maior de dependência química e uso abusivo de substâncias químicas por parte da população negra”. Mas o fato é que seja pela trajetória e argumentos elitistas do movimento pró legalização das drogas, ou pelas mazelas que o racismo, associado ao uso abusivo de drogas no Brasil, principalmente o álcool e outras SPAs, de grande potencial danoso ao organismo, a exemplo do crack, há uma resistência muito grande por parte das pessoas negras em geral e dos movimentos negros em particular, em entender que a proibição das drogas como atualização das políticas genocidas anti negras e indígenas, elaborada a partir da união entre a indústria e o Estado, com bases religiosas e morais, que visa o lucro sob qualquer circunstância. ✊

**(nome fictício para preservar a fonte)*



Anne Rodrigues e Eduardo Ribeiro durante a atividade Juventude Negra debate: Juventude, política de drogas e estratégias de segurança coletiva, organizado pelo Fórum Permanete pela Igualdade Racial (FOPIR), em março de 2017, no Fórum Social Mundial.



Camila de Moraes



Cleidiana Ramos



Jamile Menezes



Maira Azevedo - Tia Má



André Santana



Juliana Dias



Luciene Neves



Midiã Noelle



Mônica Santana

SOMOS O COMPROMISSO PELOS ECOS POLIFÔNICOS DA SOCIEDADE.
O JORNALISMO REPRESENTATIVO DA BAHIA. AS VOZES NEGRAS DA
COMUNICAÇÃO.

UBUNTU
SOMOS NÓS, FALANDO DE NÓS, PARA TODO O MUNDO



MULHERES E JOVENS NEGRAS NO ALVO DO GENOCÍDIO

t Alane Reis, Danielle Souza e Naiara Leite

As mulheres negras acumulam os piores indicadores sociais no Brasil. Os números apontam que elas são as mais pobres, as que têm menos oportunidades, que ganham menos e vivem em uma situação de, praticamente, nenhuma mobilidade social.

O trabalho doméstico ainda é a principal fonte de renda da maioria das mulheres negras: 18% das que estão em atividades remuneradas exercem esta função. Entre as mulheres brancas o número é de 10%. Os dados são do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea - 2017).

A pobreza, o racismo e o machismo, em diversas circunstâncias se transformam em armas letais contra a vida das mulheres negras. Segundo o Atlas da Violência 2018, realizado pelo Ipea em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, somente em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no Brasil. A maioria das vítimas eram mulheres negras. A taxa de homicídio em 2016 foi de 5,3 a cada 100 mil mulheres

negras e de 3,1 a cada 100 mil mulheres brancas. Do número total de vitimadas 65,3% são negras, o que evidencia os impactos das desigualdades raciais e de gênero do país. Nos 10 anos de análise (2006 a 2016), o Brasil reduziu as mortes de mulheres brancas em 8%, mas paralelo a isto, os homicídios contra as mulheres negras aumentou de 15,4%.

Para a doutora em Saúde Coletiva e pesquisadora em Saúde das Mulheres Negras, Emanuelle Góes, o racismo é a principal causa da morte dessas mulheres. “Além de estarem expostas ao racismo, as mulheres e jovens negras também lidam com o sexismo que potencializa as opressões e todos os tipos de violência para este segmento”, declarou.

A NÓS, O ASSÉDIO DE CADA DIA

Para muitos, dar “psiu” ou chamar uma mulher de “gostosa” na rua é apenas uma demonstração de como ela é bonita. Errado! Essas abordagens são pequenas agressões que atingem as mulheres de diversas formas e, em alguns níveis, intimidam, causam medo e às vezes

até culpa às mulheres que a recebem.

A universitária Jéssica *(nome fictício) tem 20 anos e conta que sofreu o primeiro assédio aos 9 anos de idade. Enquanto ela dormia no caminhão da empresa de seu pai, um dos funcionários se masturbava ao seu lado. Ao acordar assustada, Jéssica foi coagida a pegar nas partes íntimas do agressor, mas outros funcionários foram chegando na hora e ela conseguiu sair do caminhão. Após o assédio sexual que sofrera, Jéssica ainda teve que conviver com o agressor durante muitos anos. “A família dele era muito próxima à minha e ele continuou sendo funcionário do meu pai pois eu não consegui falar nada e, até hoje, eu nunca contei essa história para ninguém. Primeiro, porque eu tinha medo das pessoas não acreditarem em mim e segundo, por causa da reação do meu pai em relação ao agressor”, disse.

Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, em dezembro de 2017, 42% das mulheres brasileiras dizem já ter sofrido assédio sexual e, em 61% dos casos de violência contra a



mulher, os agressores são conhecidos das vítimas. Foi assim também com Manuella Nascimento, 28 anos, professora, militante do movimento negro e feminista da cidade de Simões Filho, região metropolitana de Salvador. “Já fui abusada quando criança e assediada várias vezes quando adolescente e adulta. Aprendi na marra a me defender de homem que acha que sou propriedade. Levo sempre a frase comigo: meu corpo, minhas regras”, declarou.

Essas violências trazem uma série de consequências para a vida das vítimas, como por exemplo, o medo. “Tenho medo de ser estuprada, tenho medo que toquem no meu corpo sem minha permissão. Meu corpo não é um convite, eu sei. Mas tem muito homem que não sabe, ou se sabe, não dá a mínima porque ele é produto do patriarcado”, afirmou Manuella.

ABORTO LEGAL: É PELA VIDA DAS MULHERES NEGRAS

A realização de abortos com métodos inseguros é uma das principais causas de morte de mulheres e jovens negras. Segundo a pesquisa do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, mulheres negras tem 2,5 mais chances de morrer durante um aborto do que mulheres brancas.

Outras pesquisas também revelam que as mulheres negras são as mais afetadas pela proibição do aborto. Segundo a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA - 2016), o perfil mais comum de mulher que recorre ao aborto como forma de interromper uma gravidez indesejada é: jovem negra de até 19 anos, já com filhos.

Dados da última Pesquisa Nacional de Saúde (PNS - 2013), realizada pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informam que do total de abortamento entre as



Emanuelle Góes, Doutora em Saúde Coletiva e autora da primeira pesquisa brasileira sobre racismo e aborto

mulheres negras, 3,5% declaram ter sido provocados, o dobro do percentual entre as brancas (1,7%). A Doutora Emanuelle Góes, autora da primeira pesquisa quantitativa sobre racismo e aborto no Brasil, a tese “Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional”, afirma que estes dados ainda são subnotificados: “Não podemos esquecer que aborto no Brasil é crime. Muitas mulheres não assumem que provocaram o aborto por medo. A informação pode ser até contrária, mais de 80% dos abortos que acontecem com as mulheres no geral são abortos provocados”.

Emanuelle afirma que para as jovens negras, pela falta de acesso às boas e caras clínicas de aborto e aos médicos que trabalham na ilegalidade, interromper uma gravidez indesejada pode ser fatal. “Muitas vezes essas mulheres precisam finalizar o abortamento na maternidade, o que as coloca em situações de possíveis violências obstétricas e discriminações atravessadas por gênero, raça e classe”. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2017), o aborto clandestino é a quinta maior causa de morte materna no país.

Estima-se que um milhão de mulheres

realizam o procedimento anualmente no Brasil. Entretanto, as mulheres que podem pagar o fazem de maneira segura, o que pode custar cerca de R\$ 5 mil reais, segundo fontes que não podem ser reveladas. “Se a mulher tem recurso financeiro, autonomia, e está livre de discriminações, a exemplo das raciais, consegue realizar um aborto seguro, ainda que ilegal. É preciso eliminar o racismo como estruturante nas práticas dos serviços de saúde, e da gestão em todas as esferas, para que as mulheres negras tenham pleno gozo ao direito à saúde”, disse Emanuelle Góes.

FEMINICÍDIO: O ÚLTIMO SUSPIRO

Em junho de 2017, a pedagoga Helen Moreira, 28 anos, foi morta a facadas pelo marido dentro da sua própria casa, no município baiano de Vera Cruz. Helen era uma das coordenadoras do Núcleo Pedagógico do Quilombo Ilha, instituição social e educacional do município, que realiza trabalhos de preparação de adolescentes e jovens negros para ingresso à Universidade, paralelo a formações sobre racismo e sexismo. “Antes de ter sido covardemente assassinada, Helen estava desenvolvendo um projeto sobre a violência contra mulher na ilha de Itaparica, com recorte racial, o

qual infelizmente não teve tempo de concluir. Agora só nos resta lutar com a força e determinação que Helen lutou para que outras de nós não paguemos com as nossas vidas por causa do machismo”, afirmou Marinilda Gomes, amiga da vítima.

A professora Jucy Silva, que também tinha uma relação de amizade com Helen, disse que a conheceu quando ela ainda era estudante do Quilombo Ilha. “Helen tinha muita vontade de pautar igualdade de gênero, queria

mata mulheres no mundo, segundo o Mapa da Violência 2015. Na Bahia, a situação é ainda mais grave do que o quadro nacional. Segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP - Ba), os homicídios de mulheres negras na Bahia cresceram 260% em números absolutos: 100, em 2003, e 360, em 2013. O aumento também ocorreu nas taxas (por 100 mil habitantes) de 1,9 para 5,9 – acréscimo de 212,8%. Ao longo de 2017, ainda segundo a SSP - Ba, 74% das vítimas foram assassinadas pelo marido ou

Para a Bacharel em Direito e Pesquisadora em violência contra mulheres, Adriele Nascimento, muitos fatores determinam o fenômeno alarmante do feminicídio no Brasil, e o agravamento entre as mulheres negras: a romantização do ciúmes e do controle masculino sobre a mulheres; o aumento do conservadorismo; e o preterimento das mulheres negras como público alvo das políticas públicas. “A mulher negra está na base do que se entende sobre inclusão socioeconômica neste

país, portanto é a última na lista de prioridades quando se fala em desenvolvimento social, tendo em vista que até 2006 (ano de aprovação da Lei Maria da Penha), os relacionamentos nocivos não poderiam sequer ser incluídos nas pautas públicas sobre violência e morte, ou seja: o Estado não poderia intervir”, afirma a pesquisadora.

Desde 2015, o feminicídio é considerado um qualificador do crime de homicídio e penaliza com até 30 anos de reclusão “delitos cometidos contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, envolvendo violência doméstica e familiar, menosprezo

ou discriminação à condição de mulher”, de acordo com a Lei 13.104. Ainda assim, “o Brasil se mantém numa posição das mais negativas mundialmente no que diz respeito à violação dos Direitos Humanos”, afirma Adriele. Para ela, “a denúncia junto aos órgãos internacionais sobre a negligência do Estado diante destas mortes tem impacto importante no sistema jurídico, e são os movimentos sociais de mulheres negras que possuem o maior protagonismo desta luta”. 🙌



Helen Moreira, militante feminista negra, vítima de feminicídio em junho de 2017, na Bahia.

discutir sobre feminismo negro. Eu via nela o desabrochar de uma militante feminista. Eu apostava nela”, afirmou. Jucy conta que não sabia da violência cotidiana vivida por sua antiga aluna. “Uma das coisas que até hoje eu reflito é porque Helen nunca falou sobre a vida pessoal. Eu sabia que ela tinha um namorado, apenas isso. Ela nunca externalizou que sofria violência. Ou será que eu nunca percebi?”, questionou-se.

O Brasil é o quinto país que mais

ex-companheiro. De janeiro a maio deste ano a secretaria já contabilizou 32 casos de feminicídio.

O número de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam) na Bahia é ínfimo e insatisfatório em relação a realidade da violência contra as mulheres. O estado possui uma DEAM a cada 500 mil mulheres, ou seja, apenas 15 unidades, de acordo com as estatísticas do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2017.

OS DESAFIOS POLÍTICOS DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Da escravidão à democracia, e o levante do fascismo no Brasil

 *Naiara Leite e Jonas Pinheiro*

o ano de 2018, para os povos de religiões de matriz africana, é regido pelos Orixás da justiça, Xangô, e por Exú, mensageiro da transformação. Tem sido um ano de muitas reflexões para a população negra brasileira, e tempos de diversos eventos que marcam a história nacional. São 130 anos da Abolição da Escravatura, 30 anos da Constituição Cidadã de 1988. Além disto, foi ano de eleição, num país que tem sido governado desde 2016 por um Golpe Parlamentar-Jurídico, e que elegeu através do voto de milhões de brasileiros Jair Bolsonaro (PSL) como presidente da república, político que simboliza velhas e novas práticas reconfiguradas do fascismo.

Os eventos históricos e da atual conjuntura se conectam e impactam diretamente no processo político nacional, no direito à vida, participação política e exercício de cidadania dos 54% de brasileiros que se autodeclararam negros (IBGE 2015). Essa população vive um cenário de sub-representação

política direta e indireta e é a mais impactada por estes acontecimentos.

A LUTA HISTÓRICA DO MOVIMENTO NEGRO

Os movimentos negros brasileiros têm denunciado às violências vivenciadas pela população negra em decorrência dos mais de 300 anos de escravidão e da negação da identidade perpetuada pelo mito da democracia racial. O racismo, ao longo dos anos, se adaptou e incorporou mecanismos para manter em subalternização os corpos negros. No entanto, a luta contra o racismo sempre foram presentes na história nacional, seja na mídia e cultura negra, nos quilombos, terreiros, ou nas organizações políticas de mulheres e homens negros.

“O movimento negro desmontou a ideia da democracia racial. Desnudou o véu do racismo brasileiro. Isso foi importante para desdobrar um série de acontecimentos políticos no Brasil, a exemplo, da nossa afirmação cultural e política”, declarou o ex-



"Ele não, ele nunca" foi o principal slogan de campanha contra o candidato fascista, Bolsonaro. A frase foi usada inicial pelos movimentos feministas e depois se expandiu ao uso de diversos setores e pessoas que repudiavam o candidato

deputado federal Luiz Alberto (PT/BA). Esse avanço na discussão sobre racismo é um dos principais ganhos dos movimentos negros para a pesquisadora e consultora Nacional da Organização Pan-americana de Saúde no Brasil/Organização Mundial de Saúde - OPAS/OMS, Maria Inês Barbosa. De acordo com ela, o racismo presente na sociedade brasileira foi exposto. “Não se pode mais dizer que o país não é racista, e que não existe desigualdade racial”, afirma.

A denúncia do racismo, a luta por igualdade de direitos, a participação política e a disputa por espaços de poder tem sido pautas políticas dos movimentos negros. Durante a década de 80, período pós-ditadura militar e realização da Assembleia Nacional Constituinte, o movimento negro colocou seus nomes para disputar as eleições e as pautas das populações negras.

No cenário atual destacam-se às candidaturas no Rio de Janeiro da deputada federal reeleita Benedita da Silva; do ex-deputado Carlos Alberto Caó, falecido em fevereiro deste ano; Na Bahia, a socióloga, militante fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), Luíza Bairros (falecida em 2016), que se tornou ministra da Igualdade Racial; e os mandatos do ex-deputado federal Luiz Alberto. “O MNU se dispôs a pensar um projeto essencialmente democrático, tendo no centro o combate ao racismo e às desigualdades raciais, como nenhum projeto brasileiro ousara sonhar”, assinala o jornalista e pesquisador Edson Cardoso.

Desde então as lutas raciais no campo do legislativo foram inúmeras. Destaque para a Lei 7.716/89, de autoria do ex-deputado Carlos Alberto Caó, que tipifica os crimes resultantes de preconceito racial e está completando 29 anos. Conhecida como Lei Caó, é uma das primeiras vitórias no reconhecimento do racismo no país. Com sua sanção, regulamentou-se o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo.

De 1989 para cá, outras legislações importantes na luta contra o racismo foram criadas, como o Estatuto da Igualdade Racial (2010), e a Lei de Cotas (2012), que reserva vagas para negros e indígenas em instituições de ensino superior público. O Estatuto enfrenta grandes desafios para efetividade

e implementação. Publicado em 20 de julho de 2010 com o objetivo de garantir à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos e combate à discriminação racial, o Estatuto surgiu de uma proposta de 2005 do Senado Federal com o apoio do movimento negro, mas enfrentou vários boicotes ao longo da tramitação no Congresso, de modo que a falta de efetivação e o esvaziamento são alvos de críticas.

“As críticas se justificavam porque houve concordância efusiva e festiva com os limites impostos ao Estatuto (pelo então deputado federal) Demóstenes Torres (DEM/GO) e assemelhados. A gestão de Luíza Bairros na SEPPIR, de quem fui assessor especial, tratou dignamente o Estatuto, mas não vejo nenhum interesse no país em enfrentar os desafios propostos ali”, assinala Edson Cardoso, ao citar o Grupo de Trabalho Interministerial criado para propor medidas que efetivassem o Estatuto⁴¹

A BUSCA POR MAIOR REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Os mais de 30 anos de luta e participação nos debates em torno da reforma política não foram suficientes para mudar a realidade da população negra e sua inclusão nos espaços de poder. Em 2018 apenas 4% dos candidatos eleitos para cargos de senador e deputado estadual e federal são pretos. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das 1626 vagas, apenas 65 foram preenchidas por autodeclarados pretos. Quando considerados os autodeclarados pardos o número sobe para 444 eleitos,



Santinhos de candidaturas do movimento negro para deputados constituintes, em 1986.

o que representa 27,3% do total. O número de mulheres eleitas para a Câmara foram 77, um aumento de 51% em relação a 2014, e para o Senado, apenas sete. De acordo com o portal Gênero e Número, enquanto o número de deputadas brancas aumentou de 41 para 63, o número de deputadas negras cresceu apenas de 10 para 13. “Para além de formular políticas, você precisa ter poder para executá-las. Nós precisamos também estar nos espaços que decidem”, afirma Maria Inês Barbosa.

O Rio de Janeiro elegeu ex-assessoras e companheiras de militância da vereadora covardemente assassinada em março deste ano, Marielle Franco: Talíria Petroni, Renata Souza, Mônica Francisco e Dani Monteiro, todas do PSOL; além disto, reelegeu também a deputada federal Benedita da Silva (PT). Já o estado de São Paulo elegeu pela primeira vez duas deputadas transexuais, Erica Malunginho e Erika Hilton (PSOL), além de reeleger a deputada estadual negra e lésbica, Leci Brandão (PCdoB). A Bahia, estado majoritariamente negro, elegeu a segunda deputada negra da sua história, Olivia Santana (PCdoB). O estado de Minas Gerais elegeu Aurea Carolina (PSOL) como deputada

federal e Andreia de Jesus, também do PSOL, como deputada estadual. Em Pernambuco a candidatura inovadora “Juntas” do PSOL, elegeu pela primeira vez para um mandato coletivo da Assembleia Legislativa, cinco mulheres, quatro delas negras, entre elas uma transsexual. Já Amapá reelegeu a deputada estadual negra Cristina Almeida (PSB). E o Rio Grande do Norte elegeu a única governadora negra desse pleito, Fátima Bezerra (PT), que também é lésbica.



PEC DAS CADEIRAS NEGRAS: UMA “SOLUÇÃO” ENGAVETADA

Em 2011 foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 116/2011, conhecida como a PEC das Cadeiras Negras. A proposta de lei complementar, de autoria do ex-deputado Luiz Alberto, propunha 20% da reserva de vagas nas Câmaras e Assembleias Legislativas do país para parlamentares negros, por cinco legislaturas, prorrogável por mais cinco. Ainda de acordo com a PEC, o número de vagas seria definido

com base no percentual de pessoas que tenham se declarado negras ou pardas no último censo do IBGE, não podendo ser menor que 1/5 do total das vagas, nem maior que a metade das vagas. No entanto, com baixa concordância e muita resistência entre os parlamentares não negros tanto da direita quanto da esquerda, a PEC foi engavetada após o fim do mandato do petista baiano.

“Quando eu apresentei a PEC foi para que ela modificasse a correlação de forças no parlamento. Já que a perspectiva de cotas para mulheres e negros nos partidos não modificou essa relação. A PEC das Cadeiras Negras impactaria muito mais que a Reforma Política. Até hoje está engavetada esperando a Câmara instalar uma comissão especial para discutir um relatório ouvindo os movimentos e a sociedade.”, afirmou Luiz Alberto.

UMA SÉRIE DE GOLPES

Atingidos diretamente pelo Golpe de Estado em 2016, quando Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do Brasil, foi deposta, as mulheres e homens negros veem se agravar ainda mais às violações e perdas de direitos. As reformas e desmontes recentes e em curso, como: a reforma trabalhista, do Ensino Médio, congelamento de gastos públicos, desmonte do SUS, atingem diretamente a população negra. A eleição de Jair Bolsonaro, candidato declaradamente racista, misógino e homofóbico, tende a agravar ainda mais a situação. “É um período em que a sociedade brasileira está exposta”, afirma Maria Inês.

Durante o governo Temer foram feitos ataques diretos a direitos sociais de alcance da população negra. Um

dos primeiros atos do governo do emdebista foi o fim dos Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Há de se reconhecer que a pasta já tinha perdido força política ainda no governo Dilma. As Secretarias de Direitos Humanos, de Igualdade Racial e de Políticas para Mulheres tinham status de ministério cada uma, e foram aglutinadas em um único ministério.

O governo Temer chegou ainda a suspender a titulação das terras quilombolas e indígenas em abril de 2017, sob a alegação de que havia em processo uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3239) ajuizada pelo Partido da Frente Liberal (atual DEM) contra o Decreto que regulamenta as titulações (4887/2003). No entanto, após muita pressão dos movimentos quilombolas, negros e indígenas, o Supremo Tribunal Federal (STF), em fevereiro deste ano, enfim assegurou o direito à terra das comunidades tradicionais. Apesar disso, o presidente eleito em outubro, Bolsonaro, afirma que não haverá nenhum centímetro de terra demarcada para indígenas e quilombolas em seu governo.

A Reforma Trabalhista, aprovada em julho de 2017, afeta diretamente o povo negro e pobre, que passa a ser condicionado cada vez mais a subempregos. De acordo com o que tem sido indicado pelo novo governo, os ataques aos direitos trabalhistas devem continuar. Uma das frases mais repetidas durante a campanha foi que deveria se optar entre direitos e empregos.

A situação é preocupante, tendo em vista que o congresso eleito permanece conservador. Apesar da maior bancada continuar sendo a do PT, com 56 eleitos, o PSL, partido de Bolsonaro, subiu de apenas um deputado para 52. Como alento, o

PSOL, partido que tem garantido pautas alinhadas com os movimentos sociais, dobrou a sua bancada de 5 para 10 deputados. Projetos como Escola Sem Partido, que visa cercear as liberdades dos professores em sala de aula, e a modificação da Lei Antiterrorismo, ganham força na Câmara e no Senado. Além disso, pelo menos três projetos de lei sobre o aborto tramitam na Câmara e podem voltar a ser discutidos a qualquer momento, entre eles propostas que instituem o aborto como crime hediondo, e o Estatuto do Nascituro, que elimina qualquer possibilidade de interrupção da gestação, mesmo nos casos já previstos em lei: quando a gravidez põe em risco a vida da mulher, foi fruto de um estupro, ou quando o feto é anencéfalo.

Outra discussão que pode voltar à tona é a da redução da maioridade penal, que foi aprovada em 2015 pela Câmara, quando Eduardo Cunha (MDB) ainda era o deputado presidente. A votação final ocorreria em 28 de setembro de 2017 e foi adiada após requerimento da ex-senadora e agora deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR).

MORTES REAIS E SIMBÓLICAS

A recente criação do Ministério de Segurança Pública e a Intervenção Militar Federal no Rio de Janeiro são a concretização de uma perspectiva de segurança pública no país que tem como alvo preferencial: as populações negras. Não é coincidência, que uma das principais lideranças políticas do Rio de Janeiro, mulher, negra e crítica a política de segurança pública, tenha sido executada. Marielle Franco, uma das vereadoras mais votadas nas eleições de 2016, e que se posicionou abertamente contra a intervenção, foi brutalmente assassinada. Após oito

meses da tragédia, mesmo com intensa pressão de movimentos nacionais e internacionais, ainda não há nenhuma resposta do Estado brasileiro sobre o crime.

O recém eleito governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), dá demonstrações de que aprofundará este cenário. O ex-juiz eleito declarou abertamente que irá pôr em curso a institucionalização de uma política de extermínio. Aliado de Bolsonaro, o governador disse em entrevista ao Estadão que contrataria atiradores de elite para “abater” criminosos na periferia do Rio de Janeiro: “A polícia vai mirar na cabecinha e... Fogo”, afirmou. Essa política foi uma das principais “bandeiras” do presidente eleito, que defende abertamente propostas de extermínio das populações negras e periféricas.

“Toda a mídia e os setores chamados democráticos estão classificando a orientação ideológica do Bolsonaro como fascista. O fascismo opera em todas as sociedades de acordo com as suas formações, neste sentido, no Brasil, a raça tem um papel fundamental. Somos um país de maioria negra, sem poder político e econômico, com uma parcela significativa vivendo em extrema pobreza. A lógica de combate à violência que ele vai estabelecer irá fortalecer o que historicamente chamamos de genocídio e vai ser direcionado principalmente para a juventude negra. Ele disse que está preparado para subir o morro, ou seja, já declarou quem é o inimigo”, declarou o ex-deputado federal Luiz Alberto.

PERSPECTIVAS

Em face do conservadorismo que assume o país desde 2016 e da eleição de Jair Bolsonaro a presidente da

república, a população negra brasileira precisará organizar outras estratégias para resistir a esta conjuntura. Para Edson Cardoso, o cenário é adverso e como sempre acontece, os movimentos têm respostas distintas. O jornalista questiona se neste momento de enfraquecimento das siglas partidárias os negros terão vez. Para ele, o Movimento de Mulheres Negras “pela postura crítica, abrangência nacional, e crescente incorporação da juventude”, é a dimensão mais significativa do Movimento Negro atualmente.

Fato é que na mesma medida em que houve avanços, os desafios de enfrentamento ao racismo ainda são profundos. “Esse é um momento, para nós, como povo, efetivamente pensarmos no projeto político que nós temos. É o momento de se ter um projeto popular. Não dá mais pra fazer alianças conjunturais, é necessário rupturas. Tem modelos que não cabem mais”, acredita Maria Inês. Para ela, o fenômeno que acontece no Brasil não está alheio ao que acontece no mundo, trata-se de uma geopolítica mundial onde tem se questionado a concepção humanística que tínhamos.

Mesmo diante de um cenário violento, de retrocessos, de mortes e aprisionamentos, a população negra, em sua luta política organizada, ainda é a maior perspectiva de mudança da sociedade brasileira. O enfrentamento ao racismo produziu mudanças nas bases sociais do país, e demonstra ser o principal caminho de transformação, justiça social e de cidadania. “Temos que lidar e se sobrepôr a isto tudo sem desesperançar. Nossos passos vêm de longe na busca por fazer deste país um espaço onde todas e todos tenham direitos”, finaliza Maria Inês. 🖐️

[1] O trabalho do grupo deu origem ao “Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial”, disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-de-implementacao-do-estatuto-pdf>



Juventudes que têm

CORAGEM

Expressões do Movimento de Juventude Negra em Salvador

✉ Mariana Gomes

Salvador, capital da Bahia, possui 80% de negros no quadro geral da população, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010). A cidade guarda até hoje as marcas de um passado escravocrata e de exploração. Entretanto, o mesmo lugar ferve referências de militância negra e liberdade, inspiração para

a juventude negra. "Ser jovem negra nessa sociedade é passar por opressões que vão da estética à nossa linguagem, passando pela solidão que vai além dos relacionamentos românticos, está na falta de apoio e referência na família". É o que pensa Dricca Silva, poetisa, artista de rua, integrante do Resistência Poética e da organização do Slam das Minas, ação comunitária organizada por

quatro poetisas negras e jovens, no bairro do Cabula, periferia da cidade.

Assim como ela, outros jovens se organizam de diversas maneiras a fim de continuar a busca de seus antepassados por dignidade e respeito, por meio da estética, das poesias, nas salas de aula e nas praças, em comunidades urbanas e rurais. "A intenção do slam é mobilizar



FOTO: ARQUIVO PESSOAL. *Coletivo Afro Bapho.*

a comunidade e trazer o sentido de coletividade, criar um espaço de convivência e promover a autonomia das pessoas, porque estando juntos podemos nos fortalecer e notar que toda favela é um quilombo”, defende Ludmila Laísa “Singa”, 20, poetisa, grafiteira e integrante da organização do Slam das Minas.

Grupos de poesia como o Resistência Poética e o, também soteropolitano, Coletivo ZeferinaS, são formações potentes de embates diários contra os discursos racistas. Para essa juventude que aposta na arte, escrever e declamar suas poesias significa protagonizar as narrativas sobre suas vidas, reverenciando iniciativas anteriores e longevas como os Cadernos Negros (coletânea anual de escritores negros que existe desde 1978) e contribuições do movimento Hip Hop. “Para mim, o nome marginal para nossa poesia vem no sentido de afronta, de uma poesia em que reafirmamos a todo tempo que somos da periferia,

que temos orgulho deste lugar, mas não de passar as privações que passamos, da dificuldade de acesso aos serviços públicos”, explica Mariana Oxente Gente, 17, também integrante do ZeferinaS, grupo de poetisas formado em Cajazeiras, conjunto de bairros de Salvador.

Com um trabalho que começa nos ônibus, os artistas tentam levar conhecimento sobre os mecanismos do racismo para a população que lota o transporte coletivo, em sua maioria, pessoas pobres, trabalhadoras e negras. “É muito difícil ouvir pessoas falando

‘bandido bom é bandido morto’, sendo que esse ‘bandido’ é quase sempre o jovem negro e pobre, direcionado ao caminho da criminalidade justamente pela falta de recursos básicos à sobrevivência. A linguagem poética é ferramenta de intervenção social para mostrar a estas pessoas que as falas não condizem com suas próprias realidades”, afirma Vanessa Coelho, 19, integrante do ZeferinaS e conselheira do Curso Pré-Vestibular Quilombo do Orubu.

“AS GAY, AS BI, AS TRANS E AS SAPATÃO, TODAS REUNIDAS PRA FAZER REVOLUÇÃO”

Jovens LGBTQs negras e negros também têm se organizado na criação de espaços seguros de convivência, em produções que agregam entretenimento, representatividade e acolhimento. Alan Costa, 27, é um dos criadores do coletivo Afrobapho, que através das artes procura desafiar as narrativas sobre masculinidade negra. “O Afrobapho visa propagar uma luta interseccional entre



FOTO: ARQUIVO PESSOAL. *Coletivo Slam das Minas.*

raça, gênero e sexualidade através da integração das artes. Elas são ferramentas muito importantes para propagação de ideias e informação. São instrumentos de sensibilização e mobilização para temáticas políticas como um todo”.

Para as integrantes do Brejo - Coletivo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, encontrar-se para conversar também é fundamental para a afetividade. “O

humanizadas ou desumanizadas, que vivem ou que morrem”, explica Naira Gomes, feminista negra e uma das organizadoras da Marcha do Empoderamento Crespo, que reúne centenas de pessoas no centro de Salvador, dentre crianças, jovens e adultos.

INFORMATION – PRETAS E PRETOS ESTÃO SE FORMANDO

Além disso, os pontos de vistas

Enegrecer e do Movimento Negro Unificado, é uma das integrantes. “Para mim, que entrei como cotista, que é um processo que vivenciamos o racismo institucional desde a entrega dos documentos até a vivência diária, a universidade é um lugar de tensões. A gente sonha com ela, chega aqui e se depara com as contradições do racismo, do machismo, da lgbtFOBIA. Quero que outros estudantes como eu possam ser muito melhor acolhidos daqui para frente”.



FOTO: MATHEUS LB

Brejo atua em primeiro plano como rede apoio para sapatonas e mulheres bissexuais. Através de um encontro bimestral podemos expressar sentimentos, discutir temas coletivos, trocar afeto e nos reconhecemos. A prioridade é agregar cada vez mais mulheres periféricas e nos fortalecer”, explicam Bruna Bastos e Thárcia Purificação, participantes do grupo que se reúne geralmente no bairro da Fazenda Grande do Retiro.

Essa juventude negra LGBT também tensiona e atualiza o debate sobre a estética de seus corpos. “A estética elabora as pessoas preferidas ou preteridas,

sobre a história e as contribuições das pessoas negras na formação do Brasil são disputados diariamente nas universidades. Se há décadas a luta era pela inserção de pessoas negras nos cursos de graduação, hoje, muitos jovens negros batalham pela permanência, que vai dos programas de auxílio estudantil até os grupos que lutam contra fraudes nas cotas.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Comitê Contra as Fraudes nas Cotas Raciais é um espaço de convergência do movimento negro. Samira Soares, 22, estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, membro do coletivo

Grupos como o Coletivo de Estudantes Quilombolas (Codequi/UFBA) também desafiam o racismo institucional das universidades no Brasil, garantindo a presença e expressão de comunidades tradicionais nestes espaços. “Na universidade persiste a ideia de que os quilombos existiram apenas no período escravocrata e por isso nós, quilombolas, ainda temos dificuldades de adentrar espaços

como estes. Mas estamos aqui reunidos e temos uma agenda para ajudar na formação política nas nossas comunidades e auxiliar na permanência dos estudantes”, explica Jean Vinícius, 21, do território quilombola de Acupe e estudante do BI em Saúde.

Na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), o grupo de estudos Candaces propõe a auto-organização na Universidade pautando a importância da educação para a identidade afro-brasileira. Para Dai Costa, 27, graduanda em Pedagogia na UNEB e integrante do grupo, questiona: “recebemos uma educação que não

nos contempla muitas vezes. O nosso lugar na história que ouvimos do Brasil é distorcido, sempre na perspectiva da dor. Então nos questionamos sobre esse lado de estudante, mas também da nossa formação enquanto pedagogos, de quem lida diretamente com a produção do conhecimento”.

Os terreiros e outras casas de religiões de matriz africanas também são verdadeiros berços de conhecimento, representando resistência e ancestralidade. Hanna Santana, 19, é candomblecista e faz parte do terreiro centenário do Bate Folha ou Manso Banduquequé, do bairro de Mata Escura. “O terreiro é um lugar de muito respeito. De compreensão do coletivo, até mesmo das lutas contra os diversos tipos de preconceito. Nossa religião é muito rica, é África”, afirma ela. Joice Cristina, 28, também do Bate Folha, destaca a importância dos ensinamentos de lá que são compartilhados



Joice Cristina, 28, à esquerda, e Hanna Santana, 19, à direita.

com a juventude do bairro onde fica o terreiro. “Nós, brasileiros, ainda vivemos o racismo e a intolerância religiosa. Tendo acesso a tudo que a religião

me ensina, nossa obrigação é repassar esse conhecimento como agentes multiplicadores. Por isso nosso terreiro sempre faz eventos educativos na comunidade”. 🖐️

A ARTICULAÇÃO DE NEGRAS JOVENS FEMINISTAS

Fundada em setembro de 2017, na plenária final do 2º Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas – que aconteceu em Capela do Alto (SP), a Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF) é a primeira articulação de negras jovens do país e a terceira organização nacional de mulheres negras, depois da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e do Fórum Nacional de Mulheres Negras. A atuação da rede acontece aliada a grupos mais antigos. “Desde nosso manifesto, até os encontros, contamos com apoio das nossas mães. Atualmente, por exemplo, estamos construindo o Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos, que terá por objetivo avaliar os impactos dos rumos que o Brasil tomou desde o primeiro encontro nacional de mulheres negras em 1988”, explica Ana Paula Rosário, representante da articulação na Bahia. A Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas está organizada nos estados do Pará, Amazonas, Amapá, Tocantins, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Brasília (DF).



MÍDIA NEGRA:

Experiências de enfrentamento à liberdade condicional

✻ Pedro Caribé

A liberdade de expressão continua a ser um tema chave nos dias atuais. As ações mais sensíveis estão na censura às expressões artísticas e perseguições a comunicadores, porém, formas mais complexas e não menos danosas podem ser encontradas naqueles que detém o controle majoritário sobre as estruturas de enunciação, e as utilizam para proliferar discursos de ódio e criminalizar os movimentos sociais.

Tais dilemas continuam a ser respondidos por setores da sociedade municiados por uma agenda de argumentos envolvendo noções de direitos e democracia. Porém, infelizmente, essa agenda continua a falhar, principalmente no Brasil. Não consegue-se convencer desde das pessoas mais comuns às lideranças políticas que nossa liberdade está em constante risco e que alguma coisa precisa ser feita

de imediato. Para uma ilusão de que existe espaço e garantias para tudo o que quisermos falar ou produzir - não a toa, é o mesmo tipo de ilusão de que continuarmos a viver numa democracia racial no país.

O que gostaria de lançar aqui é que vivemos no Brasil sob a **liberdade condicional**: a possibilidade de expressar-se, desde que esteja em constante vigília e correspondência



1798
Na passagem do séc. XVIII e início do séc. XIX, panfletos foram distribuídos

para anunciar rebeliões. Na Revolta dos Búzios (1798), pasquins foram entregues nas portas das casas propagando a independência, a república e a igualdade racial. Somente pessoas negras foram degoladas. O responsável por escrever, Luiz Gonzaga Virgens, também teve a mão decepada.



1892
No pós-abolição é possível um diálogo com a imprensa negra dos EUA, e identificar experiências em vários estados, entre os quais o gaúcho O Exemplo (1892). Mas na Primeira República (1889-1930) as iniciativas se concentram em São Paulo, e compõe o cenário da Frente Negra Brasileira. Entre os mais conhecidos estão O Clarim da Alvorada (1924-32) e a Voz da Raça (1933-37), veículo oficial da Frente, proibida com a ditadura do Estado Novo.



1973
Dirigir as suas próprias narrativas é um dos pilares do cinema negro. Zózimo Bubul mistura formulação e ação no curta Alma no Olho (1973). A

primeira mulher a dirigir um longa-metragem no Brasil, é uma mulher negra, Adélia Sampaio, com Amor Maldito (1984). 33 anos depois, a baiana Viviane Ferreira está produzindo O Dia de Jeruza, segundo longa-metragem de ficção produzido exclusivamente por uma mulher negra, na história do cinema brasileiro.

1880
O primeiro jornal escrito e voltado para negros, foi o Homem de Côr (1831, RJ). No decorrer do séc. XIX Luiz Gama foi um líder também na formação de uma Imprensa Negra Abolicionista. O combate ao preconceito assumiu o centro da política nacional, capitaneada no fim do séc. pela figura José do Patrocínio nas páginas do Gazeta da Tarde (1880-87). Após a conquista da abolição (1888) ocorreu um enfraquecimento desse cenário a fim de implementar a política de embaquecimento do país.



1940
Na década de 1940 o jornal O Quilombo (1948-50RJ), realizado pelo grupo Teatro Experimental do Negro (TEN), trouxe o enfrentamento ao mito da democracia racial nas suas páginas, tendo à frente intelectuais como Abdias do Nascimento e Guerreiros Ramos.



1978
O Cadernos Negros (1978--) enfatiza poemas e contos de autoria negra e traz a perspectiva de editar e distribuir os próprios escritos. O poeta Cuti tem uma contribuição chave nesse marco, também integrado ao processo do MNU.



às expectativas dos grupos dominantes, caso contrário, buscam silenciar a sua voz.

Essa formulação parte da experiência da população negra ser subjugada à condição de ameaça, independente do seu status civil (escravizado, preso ou liberto) ou conformidade aos padrões morais (homem de bem ou criminoso). Frente o aprofundamento do genocídio indígena, restou às elites e ao Estado transformar o negro como seu principal inimigo.

A fim de compreender e enfrentar a liberdade condicional, busca-se inicialmente revisar os marcos de resistência na formação da mídia

no Brasil. As referências utilizadas a seguir vão compor um repertório do que convencionou-se denominar de mídia negra. São formas de expressão que transitam entre a escrita literária e jornalística, e entre as imagens em movimento (audiovisual) e paradas (fotografia), independente do suporte: imprensa, televisão, cinema e internet. Iniciativas que se relacionam direta ou indiretamente com processos políticos dos diversos movimentos negros, e detém um controle de corpos negros na sua propriedade intelectual. Obviamente, este espaço é voltado para uma síntese jornalística, o que deixa de fora muita coisa importante que compõe

uma noção de mídia, inclusive o rádio, a música e ilustração.

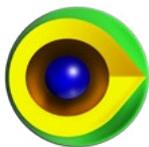
Já no século XXI estamos inseridos em uma virada que permite, como nunca na história, acesso a muitas das tecnologias e formas de conhecimento, como a universidade. Ao mesmo tempo, novos mecanismos de silenciamento se alastram na internet, como a utilização de robôs para forjar opinião pública, e o controle dos algoritmos que pode decidir quais conteúdos serão mais expostos ou ocultados nas redes sociais. Daí, ficará a cargo das gerações futuras reconhecer os marcos que se insurgem à liberdade condicional deste contexto. 🙌



1978

O Movimento Negro Unificado (MNU) se insurge durante a ditadura militar, e no seu contexto podemos inserir a revista *Tiçãõ* (1978-79, RS), coordenada por Vera

Dayse, o boletim *Negô* (BA) e próprio jornal do MNU. Já na democracia, os seus membros vão seguir o sonho de publicar suas posições em jornais como o *Írroin* (1996-2009, DF), editado por Edson Cardoso.



Tv da Gente

2005

No principal meio de comunicação, a televisão, sobram papéis secundários e

excepcionalidades. Quando resolvemos ter uma emissora própria em rede nacional, a *Tv da Gente* (2005-2007), liderada por Netinho de Paula, a experiência também não se consolidou.

REFERÊNCIAS:

Trajórias e Olhares Não Convexos das Foto(escre) vivências Negras: condições de atuação e de (auto) representação de fotografias negras e fotógrafos negros contemporâneos (Dissertação de Vilma Neres Bispo, Centro Federal de Educação do Rio de Janeiro, 2006)

Negro, não – a opinião do jornal Irohin (Edson Cardoso, Editora Brado Negro, 2015)

A imprensa Negra Paulista (1915-1963) (Dissertação de Miriam Nicolau Ferrara, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 1982).

A comunicação social na Revolução dos Alfaiates (Florisvaldo Mattos, 2. ed. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia: Academia de Letras da Bahia, 1998)

De pele escura e tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899) (Dissertação de Ana Flávia Magalhães Pinto, Universidade de Brasília, 2006)

Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. (Ana Flávia Magalhães Pinto, Campinas: SP: 2014)

Cinema na panela de barro: mulheres negras, narrativas de amor, afeto e identidade (Tese de Edileuza Penha de Souza, Universidade de Brasília, 2013)

Imprensa negra no Rio Grande do Sul: "raça" e gênero na campanha ao monumento da "Mãe Preta" (1920-1930) (Maria Angélica Zubarán e Bianca Salazar Guizzo; Rev. História de Regional 20 (1): 165-170, 2015)

1996

A revista *Raça* (1996) vendeu cerca de 300 mil exemplares na sua primeira edição, e fortaleceu a abordagem no consumo, moda e comportamento no universo cultural.



A fotografia é peça chave na mídia negra. Mas só recentemente esse legado é devidamente registrado nas trajetórias de Lita Cerqueira (BA), Januário Garcia (RJ) e o arquivo Zumvi, coordenado por Lázaro Roberto (BA).



A PELE QUE HABITO

Impactos do racismo na saúde mental da população negra

 Morgana Damásio



ILUSTRAÇÃO: @CALIXTO_VAZ

Não sabia se era dia ou noite, tudo era breu. Ao estalar de açoites seu corpo ofegante se comprime entre centenas de outros, alguns sem vida há dias, pulsos e pernas acorrentados. O suor se mistura a lágrima, ao sal e ao odor de fezes e urina do ambiente úmido. Gritos, canções e delírios embalam a lembrança de tudo que foi, sua terra e os seus. Lá fora a imensidão. “Estamos em *pleno mar*”. Aportado, é um mar de melancolia, não se alimenta, deseja, e até tenta, a morte.

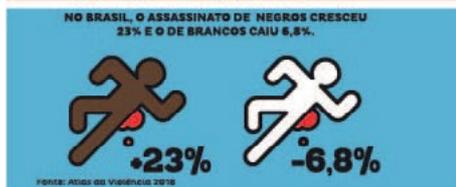
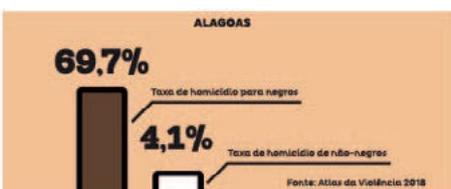
Esse “estado de espírito” foi atribuído por muitos livros de história ao *banzo*, um fenômeno que acometia os negros escravizados que chegavam ao Brasil nos navios negreiros. O *banzo*, essa condição psíquica folclorizada e romantizada, é uma pista de como a saúde mental da população negra sempre foi, e ainda é negligenciada.

e as cicatrizes permanecem. Em uma rápida análise de indicadores sociais é perceptível que os percentuais da população negra ainda estão em cruéis disparidades em comparação a população branca. Esse cenário e a as raízes do sistema escravocrata sinalizam a ocupação de um lugar social e de um lugar simbólico no imaginário da sociedade brasileira. “O racismo tem essa ótica de hierarquização da sociedade e manutenção das estratificações e desigualdades. É a ideia de que determinados povos servem pra serem dominadores e outros para serem dominados, subordinados. É a lógica de que alguns devem exercer funções mais intelectuais e outros mais braçais”, explica o mestre em psicologia e especialista em psicoterapia analítica e saúde coletiva, Carlos Vinicius Gomes.

DA MENTE AO CORPO

A escravidão fincou marcas no Brasil

Taquicardia, stress, raiva, mágoa,



sentimento de inferioridade. Segundo Vinicius, estas são algumas respostas que o organismo pode manifestar diante de situações de discriminação. “Quando constante isso vai desencadear uma série de neurotransmissores e hormônios que vão interferir no equilíbrio do seu organismo, a homeostase, provocando o distress, que é o stress para além do que o corpo naturalmente pode se autorregular” explica.

“O racismo é constante e tem horas que a gente se pergunta: é racismo mesmo? É coisa da minha cabeça? Isso também gera um desgaste e distorção da percepção.”

————— **Maria Lúcia da Silva**

“Como o racismo te coloca o tempo todo em situação de tensão, há um dispêndio de energia muito grande, você se depara com um olhar atravessado, um xingamento, uma brincadeira que se diz brincadeira, mas é ofensa. Isso produz um nível de stress para além do cotidiano”, afirma Maria Lúcia da Silva, fundadora do Instituto AMMA Psique e Negritude, uma organização não governamental que desde 1995 tem buscado por meio de formação e prática clínica, identificar, elaborar e combater o racismo e seus efeitos psicossociais.

Com o distress um dos hormônios que pode ser produzido em excesso é o cortisol, que em níveis excedentes pode interferir em uma série de doenças, como a hipertensão arterial. “Quando se pensa na saúde da população negra

a gente vê que a hipertensão arterial é um dos problemas. Algumas pessoas tentam relacionar com o navio negreiro e o sal do mar e desconsideram o cotidiano de stress que se passa do acordar ao dormir, alguns até rememorando ao dormir”, diz Vinicius.

Carlos Vinicius Gomes também explica que a relação psicossomática também pode acarretar problemas gastrointestinais e afetar o sistema imunológico, deixando o indivíduo mais vulnerável a doenças respiratórias, fúngicas e cânceres.

Para a Mária Lúcia da Silva, o racismo permeia toda trajetória dos corpos negros. “Ele incide em diferentes construções, como a auto-estima, que é a construção da nossa subjetividade. Ele interfere na forma que me vejo. Na infância, crianças vivem constantemente situações de racismo, mas não tem maturidade psíquica para nomear o que está acontecendo. Então pode pensar que existe algo que não é bom nela”, explica.

NÃO ESTAMOS BEM

Um estudo veiculado em 2014 na publicação científica *Addictive Behaviors* ouviu cerca de 4,5 mil pessoas negras com idade entre 18 e 65 anos sobre possíveis situações de discriminação racial que pudessem ter vivenciado. 83% dos entrevistados afirmaram que foram vítimas de algum tipo de discriminação no último ano, cerca de 50% relataram que sofreram todas as formas de racismo analisadas no estudo e 14,7% disseram passar com frequência por discriminação de todos os tipos. Segundo os pesquisadores, as pessoas que integram os dois últimos grupos apresentaram maior propensão a depressão e dependência química do que os outros. “Muitos amigos de uns anos pra cá tem sido diagnosticados com depressão e ansiedade. Eu vivi parte da minha adolescência em

depressão, mas sem saber que aquilo era depressão, só na fase adulta vim entender algumas questões”, partilha Naira Évine, idealizadora do projeto colaborativo “*Não estamos bem*”.

A iniciativa nasceu em 2016, por meio de um portal e uma fanpage no facebook, colocando a saúde mental da pessoa negra em foco através de uma rede de desabafos onde é possível partilhar suas vivências e emoções. O projeto não realiza nenhum tipo de diagnóstico e os participantes são orientados a buscar ajuda profissional, em alguns casos a rede conseguiu mobilizar profissionais para acompanhamento psicológico. “A sociedade capitalista nos adocece de diversas formas, mas existem alguns corpos que adoecem mais que outros. O genocídio é real, mas não é apenas físico. Recebemos muitas mensagens dolorosas, as histórias dialogam com os corpos negros atrás da tela, é preciso verbalizar”, diz.

Apesar de ser algo latente, no país não existem dados oficiais sobre a saúde mental da população negra. Ainda é preciso que as políticas públicas encarem a realidade de frente e que os profissionais de saúde estejam sensibilizados sobre o problema. 🙌

Minha primeira vez em um circo foi traumatizante. Foi eu e colegas que brincavam juntos na rua. O apresentador me chamou para subir ao picadeiro (tinha uns sete anos) e falou:

- Vocês sabem quem é essa daqui? Alguém aqui conhece? (Meus amigos na platéia não se manifestaram, todos calados). Ela continuou:

- Essa aqui é a filha do Mussum! A platéia riu. Meu rosto esquentou, me deu dor na barriga. A intenção daquele homem me ridicularizar, não pelo artista Mussum, e sim por nós sermos negros.

Trecho disponível na rede de desabafo *Não estamos bem*

📍 /naoestamosbem

Nascedouro

Por Cristiane Sobral

O corpo de Verônica foi, durante muito tempo, um lugar desconhecido. Uma identidade silenciada, condenada aos estereótipos de subalternização. Desde a escola, as pessoas sempre tiveram regras para o seu corpo, como e com quem devia andar, como sentar, falar em público, como vestir-se para causar uma boa impressão. Quanto ao seu cabelo, aprendera que não havia jeito, porque ninguém sabia o que fazer com ele, era um dos culpados por não fazer parte do padrão das capas de revista, assim como a pele escura, os lábios grossos e o nariz arredondado.

Na sua vida estudantil, a timidez e o silêncio sempre pareceram oportunos para enfrentar as dificuldades. A invisibilidade cabia bem para quem não tinha privilégio algum. Perdeu as contas dos apelidos pejorativos, dos meninos com os quais sonhou inutilmente, porque sempre havia alguém mais bonito e inteligente do que ela. Aliás, beleza e inteligência não eram atributos atribuídos aos negros e negras que conhecia.

Sempre achou que ser negra era o problema. Mais tarde descobriu que o racismo era a questão. Habitar um corpo negro e feminino nunca seria um mero detalhe biológico. Se soubesse disso há mais tempo, não teria sido vítima de tanta violência, não teria ficado em silêncio diante de tantas agressões e humilhações. Poderia ter olhado pra frente e não para baixo nas horas certas, poderia ter entrado com decisão ao invés da postura acuada que tantas vezes utilizara. Mas em

toda parte, falar de negritude parecia ser algo proibido, subversivo. Estavam todos contaminados, negros e não negros, poucos ousavam denunciar a opressão. O racismo era um crime perfeito.

Lembranças que giravam ruidosamente na sua cabeça no dia em que foi presa por agressão, depois da tentativa de estupro do seu chefe que queria mais do que os serviços prestados. Levou muita pancada, principalmente no rosto. Pingava um sangue que não conseguia limpar por causa das algemas. Nunca havia apanhado dos seus pais, nunca havia sofrido tamanha brutalidade. Durante o encarceramento encontrou pessoas ótimas, outras nem tanto. Todas negras, como ela. Conseguiu a liberdade depois de alguns dias, porque seu pai pagou a fiança. Saiu no mesmo momento em que a Paula, que conheceu no xadrez. Ao sair, Paula entregou um pedaço pequeno de papel com números:

-Ficarei feliz se puder ligar, temos muito que conversar.

Verônica foi para casa. A mãe nervosa, preocupada como as mães, sem entender a situação, querendo saber o que tinha feito de errado afinal o emprego era ótimo, o patrão era tão bom! Mas ela ainda não conseguia falar sobre o assunto. Trancou-se no quarto. O corpo ainda doído e machucado. Não conseguia dormir. Na madrugada, ligou para Paula, disse que aceitaria o encontro. Marcaram.

No dia seguinte, sentaram em

um café perto da casa de Paula. Ela era estudante universitária, cursava direito, foi presa durante uma manifestação contra o governo. Começou a falar sobre tanta coisa, tudo parecia fazer sentido, o racismo, o machismo, a pobreza e o descaso do Estado com a maioria preta e parda desse Brasil. Enquanto ela falava, Verônica revisitava vários momentos de sua vida, pensando em como poderia ter agido, como tudo poderia ser diferente. Paula estava ali porque conhecia um grupo de advogados, queria ajudar Verônica com a questão judicial. Paula perdeu um irmão, também estudante, assassinado pela polícia. Conversaram muito. Foi a primeira vez em que encontrou alguém com disposição para uma escuta sincera.

Verônica ficou ali sentada depois que Paula saiu. Marcaram outro encontro, seria apresentada aos membros do grupo de estudos negros da Universidade onde Paula estudava. Ela, que achava que a Universidade não era para pessoas como ela, que havia desistido de vários sonhos há muito tempo. Foi para casa, tomou banho. Debaixo do chuveiro entregou um choro compulsivo acumulado, lágrimas de um corpo com mais dispositivos para o sofrer do que para o prazer. Tocou seu corpo, as marcas ainda doídas da crueldade policial, mas havia muitas outras violências invisíveis no seu corpo feminino. Havia muito choro, medo, dúvida. Raiva. Verônica agora olhava para os seus espelhos interiores. Nascia em seu choro imenso, negro, cheio de vida. ✿



Criar, recriar, roteirizar, produzir, adaptar, ajustar, maturar, gestar, produzir, programar, editar, esperar, esperar, doer, contrair, e **REBENTO**, desta forma produzimos filmes e produtos audiovisuais, bem como eventos e processos de formação no campo. Rebento, significa literalmente pequeno broto de uma planta, renovar, germinação de uma semente, bem como desabrochar de um botão.

Serviços:

Realização de filmes e vídeos. Formação no campo do cinema e audiovisual. Desenvolvimento de projetos culturais.



SÉRIE EM TRÊS EPISÓDIOS:
**A Juventude Negra Comunica
o Direito à Vida!**



Somos nós, falando de nós, para todo mundo

 Revista Afirmativa

  @revistaafirmativa

Site: www.revistaafirmativa.com



REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO:

